ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

ATA Nº 27

PRESIDENTE - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Declaro aberta a Audiência Pública convocada para discutir a LDO.

Retomaremos as discussões que iniciamos na data de ontem com relação às emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao Projeto de Lei nº 83/03, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2004-LDO.

Solicito ao Deputado Zé Carlos do Pátio que proceda à leitura da emenda.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 66, emenda modificativa, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco.

Fica modificado o art. 2º do Projeto de Lei nº 83/03, de autoria do Poder Executivo, que passa ter a seguinte redação.

“Art. 2º Em consonância com o artigo 162, § 2º, da Constituição Estadual, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2004 são as constantes do Plano Plurianual de 2004/2007, que deverão ter os indicadores destacados para o exercício.”

Essa foi contemplada na Emenda nº 35. Na verdade, ele acrescentou, Deputado Carlão Nascimento, que “deverão ter os indicadores destacados para o exercício”.

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO DIALOGAM – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Tem problema colocar no PPA esses indicadores?

A emenda está dizendo que vocês têm que colocar esses indicadores lá no PPA. Está somente reforçando.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não, nós estamos fazendo a LDO que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, daí não tem nada com o PPA. O PPA é um órgão acima da LDO e do Orçamento. Então, eu acredito que nós não podemos, dentro de uma diretriz da LDO, fazer encaminhamento para o PPA. Eu acho que está havendo...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu vou pedir aos Senhores que, ao falar, usem o microfone, porque está sendo gravada esta Audiência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – “Em consonância com o art. 162, § 2º, da Constituição Estadual, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2004 são as constantes do Plano Plurianual 2004/2007, que deverão ter os indicadores destacados para o exercício.”

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Na realidade...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Será que eles não estão pedindo para indicar os indicadores do PPA no exercício do Orçamento? Não foi isso que ele está querendo dizer?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Na realidade, o que ele quer aqui é estabelecer lá no PPA os indicadores para o Orçamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Isso, é isso que eu entendi: “deverão ter os indicadores destacados para o exercício”. Os indicadores do PPA para o exercício do Orçamento (PAUSA).

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO DIALOGAM – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu acho muito bom. O que ele está querendo? Que os indicadores do PPA sejam colocados no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – No Orçamento de 2004.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Mas os Senhores estarão desenvolvendo a peça do PPA onde estarão os indicadores. Daí, em cima desses indicadores, nós iremos colocar no Orçamento. Como vamos votar primeiro o PPA, colocaremos esses indicadores e daí, no Orçamento, colocaremos esses indicadores...

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO DIALOGAM – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu tenho uma análise comigo sobre esses indicadores. Teríamos que ter o conceito desses indicadores. Não sou Advogado, mas talvez teria que ter um parágrafo aqui definindo o que são esses indicadores. E acho que os indicadores do PPA são, por exemplo, de políticas públicas. É o meu entendimento.

Indicadores, como assim, de políticas públicas? Na área de saneamento, na área de infra-estrutura, na área social, de assistência social. Eu entendi isso.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Tem que estar bem claro, isso, inclusive bem claro no entendimento de Vossas Excelências.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concordo com a sua pessoa.

A senhora poderia usar o microfone, porque está sendo gravado e isso tudo é registrado em Ata.

Mas eu concordo com a sua pessoa. Está muito genérico mesmo. Eu concordo! E acho que tem que ter um conceito melhor desses indicadores.

Mas é interessante a idéia.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Quais são as Metas e as Prioridades que vão estar estabelecidas no PPA para 2004?

Isso vai estar estabelecido através de indicadores, não é isso?

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA – Vão constar na Lei Orçamentária, porque nós estamos definindo nos fóruns e vai-se criar as Metas Anuais.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Mas vai ter que estar no PPA primeiro.

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA - Vai. Vai ter que estar no PPA, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - E quais são essas Metas?

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA - Nós não as temos definidas, porque ainda estão sendo feitos os Fóruns para definir as Metas Anuais.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Então, ao meu ver, o que ele está querendo assegurar é que essas Metas constem lá no PPA, que vai, por coincidência, entrar na LDO, no Orçamento.

Eu não vejo problema.

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA - Nós estamos questionando somente os indicadores, quais são os indicadores que têm que constar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu quero colocar que nós estamos...

Eu posso falar? Como cidadão, quero fazer uma análise aqui. Talvez vocês possam até rejeitar ou aprovar, eu tenho o maior desprendimento. Mas gostaria de fazer uma análise aqui:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

sabe o que nós, Deputados, cidadãos, queremos? É um orçamento no qual tenhamos a consciência de que as Metas do PPA estão sendo cumpridas no Orçamento. Deu para entender?

As Metas do PPA, em que aspectos estão sendo cumpridos? Quanto? Vamos supor: o Orçamento do ano que vem vai ser de cinco bilhões, quanto que o Governo está investindo na área de infra-estrutura, na área de saneamento, na área... Quer dizer, ele colocou uma meta no PPA, em cinco anos. Nesse ano de 2004, de quanto serão esses investimentos?

Então, como homem público e como cidadão, eu tenho esse interesse, porque quero saber se o PPA realmente está tendo uma linha, um cumprimento.

O SR. WILLIAM RANGEL – Isso será avaliado dentro do PPA, porque o Orçamento vai executar o que está no PPA.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Se em cada ano pudesse ter essa avaliação... Deu para entender? E quero saber se está havendo essa avaliação, se as metas estão sendo cumpridas. Eu não tenho isso, e vou ter que esperar o final...

O SR. WILLIAM RANGEL – Não, dentro do PPA vai ter avaliação anual do seu cumprimento. Não precisa reportar isso ao Orçamento. Isso é gestão.

A SR^a MARIZE BUENO DE SOUZA – Analisando o PPA, façam algumas emendas relacionadas ao PPA, cobrando esses indicadores no PPA.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Qual é o problema que traz se colocar esses indicadores aí? Não sabemos quais são os indicadores, é isso?

A SR^a MARIZE BUENO DE SOUZA – É que a equipe do PPA...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Vocês não sabem quais são os indicadores que têm que constar nas Metas e nas Prioridades do Plano Plurianual?

A SR^a MARIZE BUENO DE SOUZA – Não. Haverá, sim, os indicadores especificados.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – O que está dizendo aqui é que esses indicadores têm que constar no PPA para o ano de 2004, porque o PPA não está pronto. É por isso mesmo.

O SR. TONY BICUDO – É que a equipe que está trabalhando, elaborando o PPA, não é a mesma do Orçamento, que está aqui. Eles vão participar do trabalho posteriormente.

Eu gostaria de sugerir que deixássemos essa emenda para discutirmos depois, porque o Sr. Arnaldo, o Secretário Adjunto, está vindo para cá e ele está acompanhando as duas atividades. Provavelmente, quando ele chegar, poderá nos esclarecer melhor.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 67, emenda modificativa, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco;

Fica modificado o § 4º, do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 83/03, que passa ter a seguinte redação

“§ 4º As categorias de programação, de que trata esta lei, serão identificadas no projeto de lei orçamentária por função, subfunção, programas, atividades, projetos e operações especiais, desdobradas em subtítulos, com indicação do produto, unidade de medida e metafísica, estabelecidos para a respectiva ação.”

Essa emenda já acatamos.

Eu quero colocar o seguinte: Como ela já foi acatada, vamos ver as emendas e uni-las numa só. Ou o texto dessa ou da outra, se for um texto melhor, mas nós vamos aproveitá-la. Mas ela já foi acatada. Concorda comigo?

Então, aprovada..

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Emenda nº 68, emenda aditiva, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que adita um inciso ao § 1º do artigo 16, com a seguinte redação:

“Programação referente às ações a serem executadas com recursos provenientes do Fundo Estadual de Transportes Habitação – FETHAB”.

Na verdade, o Art. 16 diz o seguinte: O Projeto de Lei Orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 30 de setembro de 2003 e a respectiva Lei, serão constituídas de:

§ 1º Os quadros Orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- Programação referente às ações a serem executadas com recursos provenientes...”

(A SRª EVANIL PINTO MOREIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Nós estamos solicitando uma programação ...

(A SRª EVANIL PINTO MOREIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Veja bem, o que estamos querendo é que no Orçamento venha uma programação referente às ações a serem executadas, provenientes ao Fundo, o FETHAB.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Essa não foi contemplada em lugar nenhum.

(O SR. NIVALDO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não. Específico ao Fundo.

Gente, é dinheiro público que tem que ter normatizada a aplicação.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Por isso é Fonte específica.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Mesmo sendo Fonte específica, o que eu quero é só uma programação, porque esse é um recurso.

(O SR. WILLIAM RANGEL FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - É no Orçamento que eu estou dizendo mesmo.

O SR. WILLIAM RANGEL (FALA FORA DO MICROFONE) - Teria que citar o órgão.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu não sei citar.

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA (FALA FORA DO MICROFONE) - Está no FETHAB.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não está, porque eu sei como funciona esse FETHAB. Tanto não está que o Governo já andou o Estado inteiro fazendo convênios e mais convênios com o dinheiro do FETHAB, porque não tem programação. Na programação deste ano não estão essas pavimentações em que o Governo investiu. Então, não está no orçamento e eu quero colocar.

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA - No Orçamento de 2003 teve uma emenda igualzinha a essa. Então, ele apresentou esse quadro das ações do FETHAB como informações complementares, onde está a aplicação. Nós estamos sugerindo que isso seja uma matéria das informações complementares e não nessas...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Pois é, mas onde é que entram, então, se não pode ser aqui?

A SRª EVANIL PINTO MOREIRA - No § 2º.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Então eu vou criar mais um item, o item V. Tudo bem!

(A SRª EVANIL PINTO MOREIRA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Item IV já tem. É uma outra emenda

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, a definição é pela aprovação.

Emenda nº 69, emenda modificativa, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que modificativa o artigo 17, do Projeto de Lei nº 83/03, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 17 A Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, prevista no § 1º do art. 164 da Constituição Estadual, terá acesso, para fins de consulta, quando da apreciação da proposta orçamentária do acompanhamento e da fiscalização da execução orçamentária aos seguintes sistemas:

I - Sistema Integrado de Dados Orçamentários-SIDOR,;

II - Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAF...” Mas isso nós já definimos.

III - Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento;

IV – Sistema de Administração...

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA – É a emenda do Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Mas a emenda do Deputado Humberto Bosaipo não é igual a essa.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas nós definimos por esta. Vossa Excelência não se lembra que nós definimos por esta? Nós definimos que não seria possível, mas nós iríamos colocar:

- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual;
- Sistema de Administração de Pessoal;
- Sistema de Administração de Material e Patrimônio;
- Sistema de Acompanhamento da Arrecadação.

A SRª MARIZE BUENO SE SOUZA - A sugestão nossa é que exclua o item III, porque nós não temos ainda Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual e nem de patrimônio também.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não tem o Sistema?

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA - Não. Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - É mais um motivo para estar aí e poder criar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Mas o que vocês acham de nós, através dessa emenda, provocarmos a criação?

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICO DO GOVERNO DIALOGAM – INAUDÍVEL.)

O SR. TONY BICUDO - Acreditamos que para 2005 já vai estar atendido. Mas para 2004...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Os outros Sistemas existem, então?

O SR. TONY BICUDO - Existe.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu posso fazer uma sugestão? Nós estamos aqui, e inclusive isso tudo está sendo lavrado em Ata, registrado, e quero colocar como cidadão: se é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

para avançar, temos que colocar. Nós temos que estar provocando, fazendo com que o Governo seja estimulado a implantar esse sistema. Se nunca colocarmos, nunca vamos estimular.

É lógico que não vamos exigir, em cima de um encaminhamento desse que você está colocando. Nós reconhecemos o esforço do Governo em estar colocando esse Sistema e estar normatizando, mas acredito que muitas vezes temos que provocar idéias para construírem lá na frente.

E vou dar um exemplo: Eu fiz uma Audiência Pública para discutir a questão da Secretaria de Defesa Civil, porque a Defesa Civil está na Casa Civil e o Corpo de Bombeiros está na Secretaria de Segurança Pública. Quer dizer, o Governo reconhece que está errado e já quer mudar. Já me procurou dizendo que vai mudar.

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária está entrando com um projeto de lei para criar a Secretaria de Segurança Pública. O Governador falou “Olha, vamos discutir, talvez não crie a Secretaria, mas vamos mudar o organograma”.

Então, eu acho que é interessante provocarmos a idéia. Faço essa sugestão.

O SR. TONY BICUDO - Eu concordo com Vossa Excelência, Deputado, mas nós, enquanto Técnicos da Administração Pública do Estado, ficamos com medo de que a lei contemple uma atividade que talvez não tenhamos recursos tecnológicos para poder atendê-lo no tempo em que a lei determina.

Então, se houver um entendimento do pessoal da SEPLAN nesse sentido, acredito que nós poderemos deixar contemplado ou fazendo uma observação se o Sistema já estiver disponível ou até mesmo fazendo uma vinculação que em 2005, obrigatoriamente, teríamos que estar prestando essas informações.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Ótimo!

Então, fica definido o seguinte... Talvez poderíamos colocar: fica...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Tem que ter um cuidado aí, exatamente porque tem um parágrafo único lá que complementa a emenda.

“Os Sistemas, de que tratam os incisos deste artigo, deverão estar prontos, em condição de operação, no dia da apresentação da proposta da lei orçamentária.”

Ele tem razão porque não tem o Sistema. Eu prefiro tirar os dois itens que não têm o sistema...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Posso fazer uma proposta? Eu já faria uma outra proposta. Manteria esse item e faria uma observação, ressaltando os itens II e III. E acho que isso é uma garantia que temos para tentar provocar, já para 2005, e ser uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não, como autor da emenda, prefiro que se retire os dois itens, porque o que nós queremos é que seja cumprida. Não adianta fazermos uma lei para não ser cumprida.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Está definido. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Quais são os itens que não tem Sistema? O que tem, tem que estar funcionando...

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Não na sua totalidade!

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – O que tiver.

Sai qual? O item III e o item V. É isso?

O SR. TONY BICUDO – É.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Então, aprovado, retirando os itens III e V.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 70, emenda modificativa, de autoria do Deputado Alencar Soares, modificando o artigo 18, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 18º No projeto de lei orçamentário para o exercício de 2004, as Receitas e as Despesas serão orçadas a preços correntes, que correspondem aos vigentes em julho de 2003, acrescidos de previsão inflacionária constante no Anexo de Metas Fiscais.

§ 1º As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas segundo a taxa de câmbio vigente no primeiro dia útil do mês de julho de 2003, acrescidos da previsão inflacionária constante no Anexo de Metas Fiscais.”

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Essa proposta aqui, ao meu ver, ajuda o Governo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Posso falar uma coisa para vocês?

Essa proposta dá uma flexibilidade, porque, na verdade, dá o direito de fixar os valores no mês de julho e dá, inclusive, essa flexibilidade da questão da inflação.

Eu, particularmente, rejeitaria essa emenda. E proporia que se mantivesse um orçamento fixo, uma peça fixa, para fazermos uma análise crítica, porque ficar mexendo muito no orçamento, dando essa maleabilidade demais no orçamento acaba não tendo uma consistência no Orçamento.

Eu sugiro a rejeição, Deputado, e acho que é uma questão até interna nossa.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu sou obrigado a defender a aprovação da emenda, porque participamos da confecção da mesma, e aqui são as emendas que nós distribuimos entre os Deputados do PSDB - não sei se vocês estão percebendo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - E depois dizem que é o PMDB que vai para a base do Governo.. (RISOS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - “O Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 2004 e as Receitas e Despesas serão orçadas a preço corrente”... É o que vem do Governo. O que nós estamos fazendo? ...“que corresponda aos vigentes em julho de 2003”... Tem que ser isso, não tem jeito de ser diferente ... “acrescidos da previsão inflacionária, constante do Anexo das Metas Fiscais”.

(O SR. TONY BICUDO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - O que não pode ficar é igual veio o projeto aqui: “O Poder Executivo poderá propor a inclusão na Lei Orçamentária de dispositivo que estabelecer critério de forma para atualização de valores orçados”.

Não pode! Isso não pode, o Governo ficar a critério para fazer isso. E, inclusive, tem emenda supressiva nela.

O SR. WILLIAM RANGEL (FALA FORA DO MICROFONE) - Não. Tem um artigo na Lei Orçamentária propondo a forma de correção.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – O que vem, eu não sei.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – O Senhor não entendeu. Da forma como está a lei, está dando autonomia ao Governo para definir isso. Essa autonomia tem que ser do Parlamento, e não do Governo. Dar autonomia ao Governo para definir qual a forma de reajuste?! O Parlamento está definindo qual é a forma de reajuste.

Eu não concordo. O meu voto é contrário a essa emenda.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Não podemos esquecer que a Despesa é norteadada pela Receita. E a Receita já prevê essa perda inflacionária. Então, quando se fala em...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Como é que é? A Receita...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Quando se fala em corrigir a Despesa, na verdade é o seguinte: O que está delimitando a Despesa é a Receita. E a Receita já prevê essa perda inflacionária. Então, se prevalecer o texto, nós estaremos aplicando duas vezes a perda inflacionária.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Você não está fazendo previsão de Receita com inflação, mas está fazendo previsão de Receita sem inflação.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Mesmo porque há um momento em que a Receita vai ser equalizada, corrigida...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu faço uma sugestão. Vamos suprimir aquele parágrafo, já que é inócua, e é inócua também essa questão daquele parágrafo lá. Deu para entender? Tem um parágrafo do Governo... Mas já vamos jogar a idéia.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – Nós vamos suprimir o § 3º.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Nós vamos suprimir o § 3º, porque a tese dele fortalece a supressão do § 3º.

A sua tese, Mauro, vem num bom momento, inclusive defendo e sou contra. Essa sua tese fortalece a supressão do § 2º.

Pronto! Nós resolvemos o problema. Pode ser?

Então, está resolvido. Está arredondado, Deputado Carlão Nascimento. Contemplou-nos bem.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Espera aí, não está contemplado isso não.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – O meu voto é contra o de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Tudo bem! É o seu voto.

Vamos ver o art. 18. Aí só acrescentou que corresponde aos vigentes de julho de 2003.

Até aí está bom? Então, não tem problema.

(O SR. TONY BICUDO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Você quer que tira a complementação “...acrescidos da previsão inflacionária constante no Anexo das Metas Fiscais”.

Então, aprovada parcialmente, retirando essa parte aqui, o que não é bom para o Governo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, a emenda foi rejeitada, vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não, Senhor! Aprovada parcialmente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, vai-se fazer uma outra emenda. Não foi aprovada parcialmente. Será feita uma outra emenda da Comissão para mudar essa emenda. Quer dizer, ela não foi aprovada parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – A emenda foi aprovada, retirando “...acrescidos de previsão inflacionária constante no Anexo de Metas Fiscais.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Está correto.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Os parágrafos ficam, nessa altura...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas eu queria já amarrar.

Emenda nº 71, emenda supressiva, de autoria do Deputado Alencar Soares, que suprime o § 2º do artigo 18....

Sobre essa nós já falamos e já foi definido: “Fica suprimido o § 2º do art. 18...”.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Aprovada a emenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 72, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modificou o artigo 20, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 20 As Metas Fiscais constantes do Anexo a que se refere esta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa até o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa, se verificado que o comportamento das Receitas e Despesas e as Metas de resultado primário ou nominal indicarem uma necessidade de revisão.”

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Precisa pedir autorização antes de vir a lei?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - “As Metas Fiscais constantes do Anexo a que se refere esta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa até o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa, se verificado que o comportamento das Receitas e Despesas e as Metas de resultado primário ou nominal indicarem uma necessidade de revisão.”

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu acho que não tem necessidade de vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Isso aí está amarrando e tem uma razão para isso.

“As metas fiscais constantes do anexo a que se refere esta lei...” A LDO “...poderão ser alteradas através de autorização legislativa até o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa...” O que significa dizer que o Executivo pode alterar esta lei lá.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - A Meta cenário fiscal

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Mas está falando aqui.
(A SRª JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não. Nós vamos aprovar a LOA com cenário fiscal e aqui o Governo está dizendo que ele pode mudar isso antes de mandar a Lei Orçamentária para cá. Ele pode alterar o cenário fiscal lá. E nós estamos dizendo que essa lei só pode ser alterada se vier para a Assembléia Legislativa.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Muito bem. Suponhamos que a dívida seja menor...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – E que é menor.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI - ...nós vamos ser obrigados a mandar ...
(A SRª JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Sim, vão ser obrigados.
(A SRª JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não, não vamos estragar nada. Aqui autoriza tudo. Agora, o que não podemos é abrir mão de legislar. Nós estamos aprovando uma lei em que eles podem mudar o cenário fiscal, cujo cenário fiscal faz parte da lei, antes mesmo de mandar a lei orçamentária para cá. É isso que está escrito aqui.

Nós estamos dizendo que eles podem mudar isso, desde que mandem para a Assembléia Legislativa.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu acho normal isso.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Nós estamos aprovando uma lei, e vocês estão propondo mudança na lei....

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Solicito aos Senhores que utilizem o microfone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – “As Metas Fiscais constantes do Anexo a que se refere esta lei poderão ser alteradas até o encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Assembléia Legislativa.”

Quer dizer, vocês estão dizendo que podem mudar esse cenário fiscal lá, antes de mandar a lei orçamentária para cá. Então, para que nós estamos fazendo a LDO?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - Se indicar uma necessidade de revisão.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - E nós estamos dizendo que pode fazer isso...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - Pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - ...desde que volte para a Assembléia Legislativa.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - Deputado Carlão Nascimento, o projeto de lei vem para ser aprovado, Vossas Excelências é que vão analisar. Vossas Excelências vão estar com o documento LOA na mão.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Aqui tem duas coisas, a permanecer a redação como aí está, sem que haja a manutenção anterior, pode fazer com que haja um retorno, porque vocês vão ter que justificar o que está acontecendo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Na verdade, o que o Deputado Carlão Nascimento está dizendo é que os Senhores não podem ter uma prerrogativa de mudar a LDO entre esse interstício, na aprovação dela até o orçamento, sem passar pela Assembléia Legislativa.

Então, para que serve a LDO? Para que nós estamos votando a LDO?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - Manda o cenário antes de ser aprovado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, a Senhora não entendeu. O Texto está dando autonomia para o Executivo mudar a LDO sem passar pela Assembléia Legislativa.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Mas o que está solicitando na nova redação é exatamente isso, de que havendo qualquer alteração, vem à Assembléia Legislativa, ela aprova, autoriza, por causa dos indicativos de mudanças que são necessários para que se possa fazer a composição.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Isso é uma questão institucional. Nós estamos querendo preservar a Instituição.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Aqui não prejudica em absolutamente nada. Ele não interfere.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, aprovada.

Emenda nº 73, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modificou o parágrafo único do artigo 24, que passa ter a seguinte redação:

“Parágrafo único No Poder Executivo os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Estadual, publicando-se...”

Este é o parágrafo único do artigo 24...

O SR. JOAQUIM SUCENA – Acrescenta um parágrafo?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Espere aí...

O SR. JOAQUIM SUCENA – A alteração é no parágrafo?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Deixa eu ajudar aqui, porque, na realidade, fiz parte do negócio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Lá está dizendo que estão todos os poderes, não é isso? Todos os Poderes, nenhum Poder pode contratar consultoria no Estado. Nós somos contra, fica para o Poder Executivo. Está alterando só isso, no Poder Executivo. Nós estamos tirando os outros Poderes.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Deputado, se é uma proposta...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Vai ficar meio deselegante!

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não, não vai ficar, não. Até porque eu acho que isso aqui é corporativismo. Isso aqui é corporativismo!

Aqui é o seguinte: para contratar uma consultoria no Estado, eles estão só dificultando isso! Tem que verificar em todos os órgãos se tem ou não tem técnico competente para isso...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Espere aí, verificar em todos os órgãos, até do Executivo?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vejam bem, eu quero colocar que o Legislativo tem autonomia, e não pode buscar competência de pessoal do Executivo para desenvolver trabalho aqui no Legislativo. Nós somos autônomos. Eu sou contra a emenda e apoio a idéia do Governo...

O SR. JOAQUIM SUCENA – Vamos ver o *caput* para que possamos entender o parágrafo, porque senão não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Deputado, nós estávamos lendo aqui, Vossa Excelência foi quem pediu para retomar novamente.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Não, não, o *caput* do artigo 24 não foi lido, foi lido o parágrafo, na minha opinião.

“Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com pagamento de servidor da Administração Pública pela prestação de serviço de consultoria ou assistência técnica, custeadas com recursos provenientes de receitas de convênios, acordo, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos, entidades de direito público ou privados, nacionais ou internacionais”.

Então, é a recontração de funcionários. Isso tem que servir para todo mundo.

“Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Estadual...”.

Quer dizer, o cidadão do serviço público não pode prestar serviço público e se fazer a consultoria. É isso o que está dito aqui, no meu entendimento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, não, o meu entendimento é outro.

Eu vou colocar o meu entendimento, Deputado Joaquim Sucena. Meu entendimento é o seguinte...

O SR. JOAQUIM SUCENA - Um minuto só, por favor.

“...desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Estadual, publicando-se no Diário Oficial, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização do contrato, na qual constará necessariamente quantitativo de consultores, custo total de serviços, especificação de serviços e prazo de conclusão.”

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não. Eu tive uma outra interpretação, agora.

A interpretação que tive foi a seguinte: quando você se refere a empregados da Administração Estadual quer dizer que é todo mundo. Agora, veja bem, quero contratar um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

economista, eu vou contratar um economista da Secretaria de Planejamento ou da Secretaria de Fazenda para analisar qualquer encaminhamento do Estado? Em hipótese nenhuma!

Então, se muitas vezes as Secretarias de Fazenda e Planejamento têm técnicos especializados para desenvolver um trabalho, tudo bem, mas tem que desenvolver o trabalho no Poder Executivo. No Legislativo, se nós não tivermos, temos que contratar.

Eu acho que essa autonomia de contratar técnicos nós temos que ter.

Eu vou dar um exemplo, Deputado: o Caixa Preta. Eu sou Presidente da Comissão Especial para Apurar a Caixa Preta. Ora, a auditoria do Governo fez uma análise, foi para a imprensa e disse que tem um desvio de um bilhão e trezentos milhões de reais. O Tribunal de Contas pegou e aprovou as contas do Governador Dante de Oliveira. Ora, o Tribunal de Contas, na minha opinião, é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. A referência que eu tenho que ouvir é o Tribunal. Mas quero ter um estudo mais aprofundado, e o que estou fazendo? Eu estou contratando auditores da Universidade Federal para analisar a Auditoria do Governo. Essa autonomia tem que ter, no mesmo nível que tem um Auditor do Governo do Estado.

Então, eu acho que a Assembléia Legislativa tem que ter autonomia de contratar técnicos especializados até para termos transparência ao se fazer qualquer encaminhamento. Um exemplo é a caixa preta. Nós estamos com técnicos da Universidade Federal, da Escola Técnica Federal.

Eu concordo com a emenda do Deputado Carlão Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Deputado Zé Carlos do Pátio, isso tem uma razão. Por exemplo, o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, era um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, já aprovou a caixa preta do Governo, já reconheceu que tudo é legal, não é isso? Se nós tivéssemos pegado um assessor do Tribunal de Contas, teríamos referendado as contas do ex-Governador Dante de Oliveira. Como estamos contratando auditoria independente, está sendo dada continuidade aos trabalhos.

Depois que leram isso, eu estou tendo um outro entendimento quanto a isso. Gostaria de ouvir os Senhores, qual o entendimento que os Senhores têm quanto ao artigo e ao parágrafo? É porque estou em dúvida, mesmo.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Eu acho o seguinte: O Deputado Joaquim Sucena está correto quando diz que temos que olhar o *caput*, não apenas o parágrafo.

Há uma preocupação da correta utilização de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres. O que se busca é uma maior rigidez na utilização e na própria fiscalização do uso desses recursos para que não sejam utilizados para outros fins.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Continuo na dúvida.

Seria bom que os Senhores que elaboraram o projeto pudessem fornecer mais detalhes, porque eu não estou entendendo. Sinceramente, entendi outra coisa. E achei que aqui estavam proibindo os órgãos de contratar consultorias. Foi isso que eu entendi. Não é isso?

O SR. JOAQUIM SUCENA – Consultoria de funcionário.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Se é de funcionário, eu concordo. Aí eu não mexo,

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – “Serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados.”

Quer dizer, quem não tem o pessoal qualificado, pode contratar consultoria. Agora, se você tem o pessoal qualificado, não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não pode contratar?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Nesse caso, eu continuo com a minha idéia.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu quero fazer um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – É isso que eu estou entendendo.

Quando o Deputado Joaquim Sucena falou, eu entendi outra coisa, de que aqui estava proibindo contratar o servidor público para prestar consultoria para o órgão.

Quando o Deputado Joaquim Sucena leu, causou-me dúvida. É por isso que estou com dúvida.

Se for isso, eu sou contra. Se for o que a Sr^a Julieta acabou de falar, vou manter a emenda. Se é servidor, já não pode...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu queria só acrescentar aqui: “inclusive com recurso do Tesouro”, porque os Senhores só estão falando de convênios.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Aqui pode ser acrescentado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – No artigo 24: “inclusive com recurso do Tesouro”.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Aí vai estar mais fechado, não da maneira como estava.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu não estou perturbando. É porque tive uma visão da emenda e, agora, quando o Deputado Joaquim Sucena falou aqui, eu me perdi. Depois, a Sr^a Julieta falou novamente...

O que entendi de tudo isso aqui, na hora em que fizemos a emenda, é que estavam proibindo os órgãos de contratarem consultoria, quando tiver funcionário competente para fazer, não se poderia contratar consultoria.

O SR. AUGUSTINHO MOURA – É exatamente essa a explicação.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Mas não é o que Vossa Excelência falou, Deputado Joaquim Sucena. Vossa Excelência está dizendo o seguinte: Que eu não posso contratar o servidor para prestar consultoria. Ora! Isso não posso mesmo.

Se é isso que está escrito, eu concordo com vocês e é inócua até.

A SR^a REGINA – Um exemplo foi a caixa preta. Se fôssemos buscar profissionais, a Casa tem auditores, mas eles não estão aptos a fazer esse tipo de acompanhamento, até porque está fazendo auditoria da Casa.

Da forma como está ali, vai proibir a Assembléia Legislativa de buscar profissionais fora para atender as comissões específicas daqui.

O trato com a Assembléia Legislativa é diferente com o Poder Executivo. Entendemos que lá têm auditores, economistas, contadores que podem fazer todo um trabalho. Então, por que buscar fora?

Mas aqui há uma peculiaridade, porque são várias comissões especiais que foram montadas. A Casa não tem como atender a demanda. Então, tem que ter um trato diferenciado, porque temos várias comissões...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Tem provas que podem ser desempenhadas...

O SR. JOAQUIM SUCENA – O parágrafo único atende isso que você está colocando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

“Parágrafo único Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que, comprovadamente, não podem ser desempenhadas por servidores...”

A SRª REGINA – Não possa ser desempenhado. O fato de termos auditores, pode sim ser desempenhado. Não está falando aí, Deputado Joaquim Sucena, se ele não dá conta, a demanda, é muito serviço. Não está falando isso, não.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Mas ele não veta.

A SRª REGINA – Veta. Se for na íntegra da palavra...

Aí não fala que, se demonstrar aquilo que temos, não está atendendo a demanda, por isso pode contratar, é diferente.

(O SR. PRESIDENTE JOAQUIM SUCENA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª REGINA – Isso aí, ele está explicando as condições para contratar, mas não colocou claramente as condições em que poderão ser contratadas. Por exemplo, nós temos auditores e auditores que estão cheios de serviços, e não vai dar para atender a Comissão da Caixa Preta, não vai dar para atender a Comissão do Pantanal. Não está colocando... Não está claro isso aí. Isso aí pode ser uma coisa restritiva, ou que se esclareça melhor, então, para a questão do Poder Legislativo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero fazer uma colocação. De um lado, eu concordo com o Governo, porque está buscando a transparência e acho complexo. Por outro lado, tenho uma preocupação. Veja bem, nós queremos ter um pouco de autonomia para poder fiscalizar. Sinceramente, nem conheço os auditores. Os auditores que contratei agora para a Caixa Preta são os mesmos auditores que contratei quando daquela denúncia que fiz com relação àquele dinheiro do PROGER, do QUALIFICAR, do Governo Dante de Oliveira, do Hermes de Abreu. São auditores sérios. Agora, eu tenho medo de ser engessado.

Mas quero aqui colocar que a proposta do Governo é boa.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Vou retirar a emenda.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Vamos fazer uma emenda da Comissão colocando recursos do Tesouro.

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA (FALA FORA DO MICROFONE) - Excelente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tudo bem? Qual sua opinião?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Rejeitada a emenda.

Vai ser acrescida “com recurso do Tesouro”. Mantém o texto original que veio do Governo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 74, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modifica o artigo 27, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 27 A Lei Orçamentária conterá, em nível de categoria de programação, a identificação das fontes de recursos e o identificador de uso.”

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA - Esse artigo 27 vai ser suprimido. Nós discutimos ontem a respeito do indicador de uso. Nós não temos o sistema...

(DISCUSSÃO PARALELA - TODOS FALAM AO MESMO TEMPO - INAUDÍVEL)

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA - Foi feito ontem.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Então, rejeitada a emenda.

Na realidade, fazia só uma correção também, ao invés de “projeto de lei”, falava “lei orçamentária”.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 75, emenda aditiva, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que adita um parágrafo único no artigo 30.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Art. 30 As solicitações de aberturas de créditos adicionais através de decretos, dentro dos limites autorizados na lei orçamentária anual, serão submetidos à secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral acompanhadas de justificativas e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais, respectivos regionalizações atingidos, e das correspondentes metas.

“Parágrafo único No decreto autorizado deverá constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes nas metas físicas das atividades, projetos e operações especiais envolvidas”.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - O decreto tem uma outra característica. As solicitações, sim, têm justificativas, mas o decreto não.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero posições aqui. Ela colocou...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - É tecnicamente inviável isso aí.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Quero colocar que esse artigo 30 é uma vergonha. Eu tenho cinco mandatos, e isso aí, só de ler esse artigo 30 já me dá arrepio.

O que qualquer colega puder fazer para avançarmos, para melhor esse artigo 30 aqui... Isso aqui, tudo o que já discutimos de autonomia do legislativo desmoraliza neste artigo 30. Então, quero dizer o que puder fazer para defender...

O parágrafo único diz o seguinte: “No decreto autorizado deverá constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes das metas físicas das atividades, projetos e operações especiais envolvidas.”

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não, mas tem uma característica própria o decreto. Tecnicamente é inviável!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vossa Excelência está querendo colocar aqui, Deputado Carlão Nascimento, que quer normatizar toda a movimentação dessas dotações em aberto, não é isso? Vossa Excelência quer se informar como vai ser a aplicação desses recursos, não é isso? De onde, para onde e para que foi aplicado...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Mas isso é na solicitação, no decreto não tem possibilidade, nós temos um sistema próprio.

Nivaldo, você sabe disso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu quero apoiar a emenda. Se tiver um encaminhamento técnico que tem que mudar, eu aceito. E quero só apoiar a emenda.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Deixe-me dar uma opinião. O *caput* diz o seguinte: “As solicitações de abertura de créditos adicionais...”

Então, o que pode ser feito aqui, da mesma forma é: “Nas solicitações de aberturas de créditos adicionais, através de decretos, deverá constar, como parágrafo...” Porque é a mesma redação da abertura do *caput* para o parágrafo que vai dar então a normatização de como será feito.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Nas solicitações nós já temos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu posso fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Olha, o que se está buscando aqui é a transparência dessa movimentação. A solicitação é um documento que fica interno na Secretaria. O que eu quero é saber para onde é que vai, de onde está tirando e para onde é que vai! A União faz isso! É só publicar uma justificativa...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Posso fazer uma sugestão aqui, Deputado Carlão Nascimento? A intenção nossa é essa, sugira então a emenda. A nossa intenção é que a Assembléia Legislativa tenha acesso à aplicação das dotações orçamentárias em aberto...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Mas vem através de decreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – ...que dotação está saindo, para onde vai.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Quando Vossa Excelência lê um decreto, está vendo para onde está indo e de onde está tirando. Isso é questão de leitura só. Está lá: suplementação e anulação. Isso é questão de leitura do decreto.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Não, o que está querendo aqui são os ajustes nas metas físicas. Como é que ela vai reajustar. Você vai tirar de um lugar que muitas vezes é prioritário.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Você vai tirar daqui e jogar para Rosário Oeste?

O SR. JOAQUIM SUCENA – É essa a movimentação, é a meta, o problema aí está na meta, o problema aí está na meta.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Não tem jeito.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – A Senhora entendeu

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Tecnicamente é impossível.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Eu não sei se os Senhores estão entendendo o que é que nós queremos. Politicamente eu posso discutir essa movimentação orçamentária, porque aí eu posso discutir politicamente.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO - FALA FORA DO MICROFONE) - Estabeleceu uma prioridade, que não é mais prioridade e passou para outra?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Quer dizer, você trabalha com um orçamento sem que nós tenhamos condições de saber o que vai acontecer com a Meta que está sendo deixada de lado. Essa é a preocupação.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI - Mas aí, sabe o que é? É o acompanhamento físico que não existe e que Vossas Excelências têm que dar uma olhada.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Nós temos que começar a ganhar. É exatamente isso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A verdade é a seguinte... Eu vou dar um exemplo para você. Nós somos cidadãos...

O SR. JOAQUIM SUCENA - Temos que ter o orçamento para podermos acompanhar efetivamente, porque vocês estão o dia todo em cima disso, e nós, aqui, só recebemos a consequência disso, muitas vezes, sem nenhuma justificativa que possa nos dar a oportunidade de conhecer qual é a meta que está sendo abandonada e qual é a meta que está sendo priorizada.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - É no acompanhamento físico que Vossas Excelências têm que ver isso.

O SR. JOAQUIM SUCENA - O que nós estamos querendo é que já na solicitação venham essas alterações que estão exatamente em cima das metas físicas e as atividades especiais que estão sendo envolvidas.

Isso aqui só está dando uma forma mais direta da Assembléia Legislativa, dos Deputados tomarem conhecimento, independente do SIDOR, de acesso, muitas vezes, até difícil para que nós possamos saber o que vamos discutir ou se está certinha: a meta que tem que ser modificada é esta daqui que tem que sair daqui; eu não vou construir uma UTI aqui, porque já tem dez, mas eu vou construir uma lá. Está certo? Está certo! Agora, eu vou deixar de construir uma UTI aqui, sendo que não tem para construir lá? Para isso tem que ter uma justificativa.

É essa a meta que nós estamos querendo saber.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Desculpem-me, o que eu estou entendendo aqui, vocês me desculpem, mas não de convir comigo. Em meus cinco mandatos, nunca votei essas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

dotações orçamentárias em aberto. No ano passado, foram 20% para o Governo Blairo Maggi, para este ano. O Governo Blairo participou da discussão orçamentária.

Vamos supor, 20% de quatro bilhões, o Governo Blairo Maggi pode manipular oitocentos milhões do jeito que ele quiser. A única coisa que estamos querendo é saber de onde é que vai sair e para onde é que vão esses oitocentos milhões, dessa dotação orçamentária em aberto, que é um cheque em branco. Ora, desculpem-me, mas é o mínimo que queremos saber: se você está tirando da saúde, da educação para aplicar em obras, ou se está tirando das obras para aplicar na saúde, para pagar UTI. É isso! Queremos um resumo dessas dotações orçamentárias em aberto, desse cheque em branco, para que tenhamos informações de onde está sendo aplicado. Porque, na verdade, esse cheque em branco só acontece quando acabam os recursos daquela dotação orçamentária. Nós queremos, simplesmente, ter essas informações. Eu acho que é o mínimo possível que um Deputado pode ter.

Particularmente, proponho a supressão do artigo 30. É a minha opinião.

A SR^a MARIZE BUENO DE SOUZA – Nós estamos discutindo aqui um decreto. Vossas Excelências querem que conste do decreto autorizativo o reajuste da metafísica. Esse é um problema de *layout*, do Sistema. Nesse caso, vamos ter que... É técnico, do Sistema.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu acho que é preciso facilitar esse Sistema para o cidadão comum ler isso. Não pode. Tudo é culpa do Sistema. Quem faz o Sistema somos nós. É preciso adequar o Sistema para nos dar as informações. Agora, para tudo vão falar: é o Sistema; é o Sistema; é o Sistema? Fica difícil.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Agora, imaginem termos que esperar o Sistema para fazermos mudanças.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não tem jeito. Eu vivi isso no DETRAN. Tudo era o Sistema. Tudo é culpa do Sistema? Não pode.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Isso tudo que está no parágrafo pode ser incluído no corpo do *caput*.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu quero fazer uma proposta para acelerar o processo, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Carlão Nascimento: Vamos fazer uma emenda e debatê-la através das Comissões. E acho que é justo. É transparência, gente! Nós só queremos saber como está sendo aplicado esse dinheiro. Puxa vida, de certa forma decidimos! Este ano não vou mais aceitar o absurdo que aconteceu no ano passado. Praticamente demos um cheque em branco no Orçamento ao Governo Blairo Maggi.

O que nós vamos fazer? Vamos querer saber, nessa dotação orçamentária em aberto que acontecer, de onde vai sair, onde será aplicado. Para mim, isso interessa. Será para pessoal? De repente, o Governador manda uma suplementação pedindo recurso para pessoal e está usando as dotações orçamentárias em aberto para pagar outros setores! A prioridade tem que ser para pessoal.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Deixe-me apenas fazer uma pequena colocação: O que está contido no parágrafo cabe perfeitamente no corpo. É só refazer a redação do corpo. Aqui já vem acompanhado da justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução da atividade. Nada mais é do que as metas que estão solicitadas ali embaixo e do ajuste das metas físicas, execução das atividades, dos projetos...(PAUSA).

Então, é só tirar “as solicitações”. “Abertura de créditos adicionais, através de decretos...” Tira solicitações. É muito mais fácil suprimir “as solicitações” do que qualquer outra coisa. É só suprimir. Se o problema está na solicitação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Passa a ser: “Abertura de créditos adicionais..” que não sejam já direto para o decreto “A abertura de créditos adicionais, através de decretos...” e aí vem...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Deputado Joaquim Sucena, eu teria que dar uma revisada geral no texto, porque aí fala de submeter à Secretaria de Planejamento, porque o texto estaria baseado nas solicitações. Só essa observação.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Como?

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – A revisão não seria só na retirada das solicitações, teria que rever o texto até o final, porque a frase está construída em cima da idéia da solicitação. Se ficar: “abertura de créditos adicionais, através do Decreto, dentro dos limites, serão submetidas à Secretaria de Planejamento”. É só essa observação de rever o texto todo.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Eu acho que seria interessante dar uma redação mais consistente na coisa e deixar de existir o parágrafo, porque só vai complementar ...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Decreto tem norma.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Exatamente.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não se faz decreto a bel-prazer.

O SR. JOAQUIM SUCENA – E nem pode.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Vossa Excelência está correto quanto a forma. Se o *caput* fala da solicitação, o parágrafo não pode já versar sobre o decreto, tem que manter a coerência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 76, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modifica o parágrafo único do art. 36.

Art. 36 A propositura e assinatura de qualquer contrato, convênio, acordo ou instrumento congêneres, para obtenção de recurso da União ou de financiamentos nacionais ou internacionais, deverá sempre ser precedida de aprovação formal nos termos de instrumentos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e de Fazenda”.

O parágrafo único fica com a seguinte redação:

“Parágrafo único Fica o Poder Executivo autorizado a proceder abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios mediante assinatura do competente instrumento, observado o limite de suplementação autorizado na lei orçamentária”.

Na verdade, ele colocou o termo “observado o limite de suplementação autorizado na lei orçamentária”. Só isso. Não tem nada, simplesmente está consolidando mais o texto: “observado o limite de suplementação”, que é o óbvio. Na verdade, nós estamos falando do óbvio. (NESSE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO FALAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 77, emenda aditiva, de autoria do Deputado Alencar Soares, ao artigo 39, inciso I e II, alínea “d”...

O SR. TONY BICUDO - Só um minuto, Deputado.

Se, por ventura, for firmado um convênio que abre um crédito que o Estado de Mato Grosso não estava esperando para aquele exercício, e seria um dinheiro novo ao Estado, pela emenda vamos estar condicionando o Estado a só receber recursos pertinentes ao que ele já tinha previsto como recurso suplementar, e o Estado estaria abrindo mão de novos recursos que poderiam estar vindo para Mato Grosso.

O SR. JOAQUIM SUCENA - O que extrapolar os limites percentuais opostos no decreto, tem que haver uma justificativa para que possa ser feito esse remanejamento, e até de onde ele vai sair. É essa a preocupação. Você está entendendo qual é o espírito que está sendo colocado?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

(NESTE MOMENTO A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOAQUIM SUCENA – Não, mas não é na anulação, é na assinatura dos convênios. Pelo menos foi isso que eu entendi. Está errado?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Está trabalhando é só com o limite, porque se você... Só o limite

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Isso aqui é fora do limite.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Se por acaso ele estiver fora do limite, tem que haver uma justificativa de onde você vai tirar. É essa a preocupação da emenda. (PAUSA)

(NESTE MOMENTO A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vejam bem, eu não estou vendo nada de errado. Se por acaso passar dessa suplementação, Deputado Carlão Nascimento, nós podemos submeter à Assembléia Legislativa. Isso é normal!

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Chega o mês de novembro, chega o recurso do mês de novembro devolvendo, tem que vir para cá, estourou o limite, 20%, até os Senhores votarem um novo limite, o dinheiro já voltou!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não, não é isso, não...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Lógico, tem prazo, o Governo tem prazo...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – O Governador tem mandado os projetos de lei para cá de manhã e a tarde vota-se tudo!

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Mas não é sempre assim.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – É só pedir urgência...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Mas não é sempre assim.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – O que está amarrando aqui é a Assembléia Legislativa ter o direito de participar disso...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr^a Julieta, quando um projeto de lei chega aqui, em regime de urgência urgentíssima, ele tem prioridade na pauta e é obrigado a ser votado dentro de vinte e quatro horas. Se, por acaso, um Deputado da Comissão de Constituição e Justiça pedir vista ao projeto de lei, ele demora no máximo quarenta e oito horas.

Para a Senhora ter uma idéia, o Secretário Marcos Machado está encaminhando agora mais de oito projetos de lei do Executivo, e nós estamos fazendo convocação extraordinária. Ontem chegou um. Mas nós vamos votar até segunda-feira esses projetos. Não há problema nenhum. O papel do Parlamento é esse, de aprovar projetos, suplementações. O papel do Parlamento é o dinamismo.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Eu quero colocar a minha posição. Se esse recurso chega em dezembro, quando o Parlamento está em recesso...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Nós vamos entrar de recesso no dia 20 de dezembro.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Veja bem: Em julho o Parlamento será convocado? E o custo disso?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Convocação Extraordinária fica cara.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Depende de quem convoca. Se o Governo é quem convoca, ele paga. Se for a Assembléia Legislativa...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Tem uma preocupação aqui...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Nesses cinco anos de Parlamento, no segundo mandato, só houve uma convocação extraordinária que foi paga pelo Governo, mas não aceitei o recurso, como Parlamentar. Mas a maior parte das convocações é feita pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Se o Presidente da Assembléia Legislativa convocar, não será pago, só se o Governo convocar. Eu, particularmente, nunca recebi e não recebo. É uma postura política minha. E vejo que isso é transparência.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Cai dinheiro no cofre do Estado de onde? De um dia para o outro?

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Cai.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – De um dia para o outro?

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Cai. A Secretaria de Segurança está cansada de devolver dinheiro, se Vossa Excelência quer saber. Cai e volta.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Ah, não. Aí é falta... Não justifica cair assim de um dia para o outro.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Cai, sim. Cai e volta.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu nunca vi.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – É porque Vossas Excelências estão aqui, no Legislativo. Nós estamos lá, no dia-a-dia.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu já fui Secretário por duas vezes...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Se a Secretaria de Segurança Pública deixar devolver dinheiro, é preciso que me informe, alguém tem que me informar para que eu possa denunciá-lo. Pelo amor de Deus, a falta de segurança existente e o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não cai dinheiro de um dia para outro, que não se dê conta de gastar. Não existe isso.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Qual é o limite?

O SR. TONY BICUDO – Parece-me que o limite é de 20% de crédito suplementar, mas aqui nós estamos falando especificamente da fonte de recursos convênios e, sendo convênio, é dinheiro novo. É um dinheiro que não vai afetar as metas fiscais diretamente, e nós vamos estar limitando, pelo texto, a esses 20%, que é a autorização de crédito suplementar.

E qualquer coisa a mais que isso, o Estado não poderá firmar o convênio?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Pode sim. Não está dizendo que não. Só está dizendo que tem que pedir autorização à Assembléia Legislativa. Ninguém está dizendo o contrário.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – O Parlamento é isso.

É aquilo que estou dizendo, dotação orçamentária em aberto, só este ano, no ano passado - o Governador mais privilegiado que já teve na história de Mato Grosso, foi o Governador Blairo Maggi - oitocentos milhões de dotações orçamentárias em aberto. Daqui uns dias, nós vamos ter que fechar a Assembléia Legislativa. Fora o FETHAB, que ele pode administrar como ele quer, e vai ser mais de cento e cinquenta milhões.

Eu estou gostando da gestão pública do Governador Blairo Maggi. E acho que está havendo seriedade e transparência. Agora, não dá para tirar o papel do Parlamento. Se você começar a tirar, começar a reduzir o papel do Parlamento cada vez mais, daqui uns dias é melhor voltar para casa, voltar a dar aula, trabalhar na engenharia, na iniciativa privada, porque não tem sentido nenhum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O meu voto é favorável à emenda, a não ser que não tenha uma legalidade.

Eu só queria propor se nós encaminhamos ou não. Vocês aceitam?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Essa proposta vocês não acatam?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Eu acho que os Senhores vão emperrar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, eu vou fazer a seguinte sugestão,

Deputado Carlão Nascimento: Eu acho que, como estamos fazendo um entendimento das emendas, vamos discuti-la num outro momento. Está bom? Eu acho que é melhor, porque a melhor coisa que está acontecendo aqui é o entendimento.

Emenda nº 78, emenda modificativa, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que modifica o item “b”, do art. 39, inciso II.

Art. 39...

II - Não poderão ser apresentadas emendas quando:

“B – Serviço da dívida no limite constante do anexo de Metas Fiscais.”

Então, aprovada...

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO FALAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Na Emenda nº 32, da Deputada Verinha Araújo, que “anula despesas relativas..” É isso aí, está mudando mais coisas. Isso aqui já foi aprovado...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas eu posso fazer uma sugestão? Em cima dessa emenda do Deputado Carlão Nascimento, mais a emenda da Deputada Verinha Araújo, nós faremos uma outra emenda em cima dessas duas....

(NESTE MOMENTO O PRESIDENTE CARLÃO NASCIMENTO - FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, se a de Vossa Excelência tem o mesmo...

(NESTE MOMENTO O PRESIDENTE CARLÃO NASCIMENTO - FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não! Então, eu acho que pode ser aproveitada.

(NESTE MOMENTO O PRESIDENTE CARLÃO NASCIMENTO - FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a INÊS STRINGHETA - Deputado, essa parte aqui, colocando “constando anexo de Metas Fiscais”, a dívida está vinculada à receita líquida real, e não pode ficar anexada a Metas Fiscais. Se a Receita Líquida real cresceu, o parâmetro dela é outro, não tem nada a ver com isso aqui não.

O SR. TONY BICUDO - Nós estamos criando um sub-limite atrelando aos valores previstos nas Metas Fiscais, quando já é pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Resolução nº 43, do Senado Federal, vinculado o limite à Receita Líquida real. Então, se houver o crescimento da Receita Líquida real, que é bom para o Estado, o Estado vai pagar o serviço da dívida maior. E, se fizermos essa limitação às Metas Fiscais, nós poderemos criar um sub-limite que nos colocaria em dualidade com relação ao cumprimento à legislação.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu acho que, a meta que os Senhores estão apresentando aqui na LDO, a dívida foi lá para cima. Os Senhores acham que aquela meta fiscal que vocês apresentaram ainda vai ultrapassar seiscentos e onze milhões?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – Deputado, é que a dívida é consequência da Receita Líquida real, e a Receita Líquida real foi calculada com base na projeção da Receita.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu já estou achando a dívida alta, por isso estou limitando!

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – Porque decorre da Receita, decorre do cálculo da Receita que é estabelecida pela resolução...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Mas não tem como!

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – ... e decorre da projeção!

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Historicamente não acompanhou isso. Você pega 2001, 2002, 2003, como que em 2003 vai conseguir quase que dobrar o valor da dívida?

A SR^a INÊS STRINGHETA – Na realidade, se não existisse limite de 15% na renegociação, nós iríamos pagar, sabem quanto? Oitocentos e setenta milhões da dívida. Cem por cento. Certo?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu sei, mas isso tem limite.

A SR^a INÊS STRINGHETA – Temos, mas tem as extras limites.

Por que aumentou tudo isso? Começou a amortizar os bônus, que vai começar a amortizar em 2004 e a Receita Líquida real, de dois bilhões foi para três bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu queria discutir com vocês aquele cenário fiscal. E já mandei dar uma analisada para discutir com os Senhores também o cenário fiscal, porque, parece-me que subestima receita, cresce despesa e dívida e é um fato que não é real. Por isso que eu estou amarrando aqui.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – O Deputado parece que falou que subestima receita? Não, a receita foi projetada de acordo com os parâmetros reais.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Então, filha, não tem porque não limitar! Se não vai ter mais receita, por que está lá? Consequentemente, não aumenta a dívida.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Deputado Carlão Nascimento, no artigo 39 e seus incisos, ele tem uma preocupação principal que é resguardar saldos orçamentários e não ser utilizados para outras finalidades, considerando as prioridades já declaradas do Governo e compromissos com o Governo Federal de, por exemplo, o pagamento da dívida. Então, quando se coloca que vai se resguardar saldo orçamentário da dívida até o limite declarado no anexo das Metas Fiscais, há essa preocupação de que o serviço da dívida flutua em função da receita, que pode ter uma pequena variável cambial também que, felizmente, hoje é favorável a nós, mas que está sujeito a mercado, a uma situação macroeconômica de Governo e que não temos governabilidade, Deputado.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – Só para concluir aqui com relação à receita, ela foi baseada em parâmetros reais do momento da projeção. Se no ano que vem, quando a receita estiver realizando, mudarem as políticas monetárias, mudarem as políticas cambiais, serão outros parâmetros e nós poderemos ter alterações.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Desculpe-me, eu não sou economista, os Senhores são todos doutores, mas o que o Deputado colocou, vejo como procedente. Veja bem, até por não ser da área, ele colocou o seguinte: “Pode subestimar a Receita”. A Senhora colocou: “Não. Não subestima.” Se não subestima, quer dizer, se ela não é baixa, se ela será uma receita real, delimitar a dívida será natural. Não tem o que se questionar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – Eu concordo, Deputado, mas o que eu falei....

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – É uma situação normal.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – São parâmetros reais que foram utilizados no momento da projeção, em fevereiro de 2003.

Essa Receita se realizará de janeiro de 2004 a dezembro de 2004. Então, poderá ser alterado no final de 2004. Eu me referi à subestimação do momento...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Mas se houver qualquer tipo de encaminhamento, submete à Assembléia Legislativa, não tem problema, se houver uma queda na arrecadação, que é pouco provável, ou se houver qualquer encaminhamento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Quanto à queda, eu não vejo problema. O problema que eles estão falando é o excesso de arrecadação. Excesso de arrecadação tem que vir para a Assembléia Legislativa. Eu não vejo problema. Nós estamos aqui amarrando, até porque não estou confiando no cenário fiscal que eles apresentaram. É isso. E acho a dívida alta demais.

Se tivessem mandado esses dados para nós com antecedência, só que eu pedi tem mais de uma semana... Como eu pedi para a Secretaria de Planejamento, mandaram um documento ontem. Eu disse: Não aceito isto aqui. E aí me enviaram isto ontem à tarde, quando nós saímos daqui. Então, estou pedimos para o meu pessoal dar uma avaliada naquilo.

A SR^a INÊS STRINGHETA – Deputado, nós só ficamos sabendo ontem, aqui. Se tivesse feito o pedido há mais de uma semana, nós teríamos...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Há mais de uma semana. O Secretário Yênes Magalhães, no feriado, informou-me que tinha pedido à Secretaria de Fazenda. E a Secretaria de Fazenda, eu sei, não gosta de fornecer esses dados. Isso é cultura.

A SR^a INÊS STRINGHETA – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – É cultura. Eu conheço isso há muito tempo. Tanto é cultura que mandaram para o Secretário Yênes Magalhães um outro documento. Ele me entregou um documento que não tinha nada a ver com o que eu pedi.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Infelizmente, houve um problema de comunicação, Deputado, porque eu, pessoalmente, encaminhei aquele documento que Vossa Excelência recebeu. O pedido que me chegou foi de uma outra forma. Não justifica, de repente, o que Vossa Excelência está questionando. Problemas de comunicação ocorreram, infelizmente. E acho que devemos avançar. Então, vamos discutir os números. Os números estão aqui. Nós estamos dispostos a colocá-los da forma que for necessária.

A SR^a INÊS STRINGHETA – Mais uma vez volto a lembrar que a dívida é em função da Receita. Se a Receita líquida real for calculada errada, eles vão ter que refazer a minha previsão. Se a Receita líquida crescer, como vamos ter problema em 2003 de orçamento com a dívida, porque, além de colocarmos uma previsão de Receita Líquida real em cima dela - eu calculei a dívida - ainda foi deduzida do Orçamento, por que não sei, mas a minha previsão foi um valor bem maior que está acontecendo e vamos ter problema com esse Orçamento. Tudo que tiver crescimento de Receita vai ser para pagar dívida.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vamos deixar para discutir depois, porque é uma emenda polêmica, mas é justa, é correta.

Vocês...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. TONY BICUDO – Se tudo ocorrer como foi feita as projeções de Receita na Secretaria de Fazenda, não vai haver problema nenhum, como o Deputado Carlão Nascimento falou. O nosso problema é se acontecer alguma variação para cima...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vejam bem, nós não estamos criando um teto, não é? Estamos só limitando.

O SR. TONY BICUDO – Então, mas está criando um limite que seria teto para nós cumprirmos o Orçamento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – O cenário, se estiver bem feito, vocês não vão ter problema. Se o cenário for real, não vai ter problema. Qual é o problema?

O SR. ARNALDO ALVES – Deputado Carlão Nascimento, em relação ao cenário, nós sabemos que existe flutuação em função do próprio desenvolvimento do mercado. Então, o cenário hoje está bem feito, como a Josiane disse, em relação a janeiro e fevereiro de 2003. E esperamos que isso seja realidade. Agora, o que não cabe é termos uma Lei Estadual desvinculando o limite já assinado numa Lei Federal. Aí não podemos. Quer dizer, isso é público, não tem problema nenhum, é transparente.

Se o Estado arrecadar um milhão, nós vamos pagar vinte e três virgula pouco por cento desse um milhão, e se arrecadar dois milhões – eu estou falando da Receita Líquida – vamos pagar em cima dos dois.

Nesse caso específico da dívida, não vejo necessidade de estabelecer um limite em nível estadual, porque o limite já existe em nível federal, já é uma Lei Federal.

Então, não vejo sentido estabelecer isso. Agora, o acompanhamento dele, aí eu vejo de forma diferente. O acompanhamento tem que ser transparente, público e notório. Isso aí eu concordo plenamente com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Já deixamos para discutir mais à frente a Emenda nº 78.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 79, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modifica o *caput* do artigo 42.

Vocês acompanham a proposta do Governo, para depois nós vemos qual foi a mudança.

“Até setenta e duas horas após o encaminhamento à sanção governamental dos autógrafos do projeto de lei orçamentária de 2004, o Poder Legislativo enviará, atendido pelo Executivo o disposto ao art. 17, inciso I, e seu parágrafo único, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados de informações relativas aos autógrafos indicando...”

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Isso aqui está com o meu nome, mas é um pedido da Casa, foi o pessoal de lá... Talvez o Nivaldo poderia...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Mas é do Deputado Clóvis Roberto.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não, mas, é que eu dividi as emendas...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É 42.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Disposto no art. 17.

Vamos pedir para o ex-deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - A emenda é exatamente essa. É para que se coloque no art. 42 o item I, que dá o mesmo tempo para que o Governo possa mandar para a Assembléia Legislativa. Aqui está o artigo 42.

No artigo 17, diz: “A Comissão permanentes de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, prevista no § 1º do art. 164 da Constituição Estadual, terá acesso, para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

fins de consulta, quanto da apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização da execução orçamentária ao sistema...” tal ..., tal... ao SIDOR, não é ?

Então, a emenda diz:

“Art. 42 Até setenta e duas horas após o encaminhamento à sanção governamental do autógrafo do projeto de lei orçamentário 2004, o Poder Executivo enviará, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados de informações relativo aos autógrafos indicados.”

Aí está alterando, passando ter a seguinte redação:

“Art. 42 Até setenta e duas horas após o encaminhamento à sanção governamental dos autógrafos do projeto de lei orçamentário 2004, o Poder Legislativo enviará, atendido pelo Executivo, o disposto no art. 17...” Aí vai acrescentar o item I e seu parágrafo único...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Está muito confuso.

O SR. NIVALDO – A questão é a seguinte: que o Executivo mande por meio magnético. Então, que o Executivo mande por meio magnético, também...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Todas as emendas ocorridas, vocês coloquem dentro de um disquete e mandem para nós. Só isso!

O SR. NIVALDO – Mas nós queremos a outra via, o outro lado, que vocês mandem também por meio magnético, cumprindo essa questão do SIDOR.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Olha, sinceramente, Nivaldo, eu não entendi ou, então, estou ficando meio burrinha..

O SR. NIVALDO – Não, não é isso, não. Assim como vocês estão exigindo que nós mandemos por meio magnético, que vocês também nos enviem por meio magnético.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – O quê? Enviar o quê?

O SR. NIVALDO – Uê, a questão da proposta orçamentária também.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Ah, ao invés de mandar o livro, manda o meio magnético?

O SR. NIVALDO – Também!

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Então, tem que ficar mais claro. O projeto...

O SR. NIVALDO – Justamente, exatamente!

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – O projeto de lei orçamentário será enviado ao Legislativo através de meio magnético...

O SR. NIVALDO – Exatamente! Tem uma Emenda nesse sentido aí também...

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Ah, porque está obscuro, aí não está claro e fugiu totalmente do artigo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu concordo com ela. Está correta. Se é para ser isso, então tem que ser mais claro.

O SR. BENEDITO PINTO – O que houve foi o encaminhamento da emenda que não foi corretamente explícita. Aqui dá para acertar a emenda e o sentido é exatamente esse.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Eu acho ótimo. Ao invés de mandarmos o livrão, mandaremos por meio magnético, mas tem que ficar um artigo bem claro.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, vamos fazer uma nova emenda com mais clarividência.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Muito lógico.

O SR. BENEDITO PINTO - A emenda não foi redigida corretamente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 80, emenda modificativa, de autoria do Deputado Alencar Soares, que modifica o artigo 49, que passa ter a seguinte redação:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Acompanhem a proposta do Governo para vermos onde aconteceram as mudanças.

“Art. 49 Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vista ao atendimento da requisição judicial.” (PAUSA).

Mudou a palavra: “Da administração pública” para “o Poder Executivo”.

O restante é o mesmo... Esperem!

“Art. 49 Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vista ao atendimento da requisição judicial.”

Tudo bem? (PAUSA). Então, está aprovada.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Isso não ficou claro para mim também. E acho que teríamos que ter uma assessoria jurídica, porque a questão de precatório é extremamente delicada. Nós fomos à Procuradoria-Geral para redigir isso. Então, eu acho que teria que ter uma assessoria jurídica que, inclusive, entendesse de precatório para estudar alguma coisa sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Aqui, o que dá a entender, Julieta, é que todos os precatórios, até dos outros Poderes, têm que ir para a Procuradoria-Geral.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Mas, a bem da verdade, os precatórios passam por lá. Todos, indistintamente.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não é a informação que eu tive.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Sim. Todos os precatórios passam por lá.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vamos, então, ler o texto novamente.

“Art. 49 Os órgãos e entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, com vista ao atendimento da requisição judicial.”

Os órgãos da administração pública, quer dizer, todo mundo, o Tribunal de Justiça tem que passar para a Procuradoria Geral do Estado os processos referentes ao pagamento de precatórios.

O Ministério Público, a Assembléia Legislativa...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Se todo mundo passa, para que o artigo?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Todo mundo passa.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Se todos os processos têm que passar pela Procuradoria, para que esse artigo?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – O precatório tem que passar por tratamento diferenciado

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu posso fazer uma pergunta ao Deputado Carlão Nascimento?

Eu posso até ver de outro ângulo essa proposta do Governo, não sei se Vossa Excelência concorda comigo. Vamos supor... E até tenho vontade de criar uma CPI dos precatórios – eu quero colocar o que penso, Deputado Carlão Nascimento.. Vamos supor: O Poder Judiciário pega e julga um processo, faz uma avaliação superfaturada, muitas vezes é um absurdo, daí quem vai pagar é o Governo do Estado. Quer dizer, eu acho que pode passar tecnicamente até para o Governo saber o que ele vai pagar e também para que possamos fazer uma reavaliação disso tudo. É uma das coisas que acho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Tem duas CPIs que eu tenho vontade de abrir aqui na Assembléia, uma é essa questão dos aposentados do Poder Público, desde a origem.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – De todos?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – De todos. E a outra é essa dos precatórios. Porque aposentado - vou te contar uma coisa - e efetivo, a aposentadoria aqui neste Estado é uma vergonha.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Eu também acho.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Esse é um outro assunto aqui.

O precatório está sempre dentro do duodécimo de cada poder.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não. Por isso que eu estou falando, porque nem na Constituição Federal está muito clara a questão do precatório, quer dizer, é uma coisa extremamente específica, é um assunto muito conturbado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Vamos deixar para avaliar depois.

Mas eu tive uma outra interpretação da proposta do Governo.

Emenda nº 82, emenda modificativa, de autoria do Deputado Alencar Soares, que modifica o artigo 64.

“Art. 64 O Poder Executivo, visando aprimorar o controle, o acompanhamento e a permanente avaliação das despesas de custeio realizadas por todos os seus órgãos, deverá estabelecer parâmetros de preços relativos à contratação de serviços terceirizados de caráter continuado e desenvolver sistemas eletrônicos para aquisição de materiais, bens e serviços”.

(TODOS FALAM AO MESMO TEMPO – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Foi contemplado?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Foi.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, nós vamos anexar, não vamos, é lógico, rejeitar a emenda do Deputado, mas vamos anexar a outra emenda do outro colega que já foi contemplada.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Alguém se lembra como ficou?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Tirou os Poderes.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Tirou os poderes. Está ótimo. Tudo bem.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 83, emenda modificativa, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que modifica o § 3º do artigo 66, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 66 Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário previsto no anexo I da lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, os ajustes serão realizados de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras de cada Poder e do Ministério Público.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará aos Poderes e ao Ministério Público Estadual, no prazo estabelecido no *caput* do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos”.

Ao invés de “disponibilizar”, “encaminhará”, eu acho normal. Já tem uma emenda de autoria do Deputado Zeca D’Ávila, da base do Governo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Então, nós anexamos as duas emendas. Contemplaremos os dois Deputados.

“O Poder Executivo encaminhará aos Poderes e ao Ministério Público Estadual...”

(PAUSA)

“O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Estadual...” Isso mesmo, na verdade a sugestão é encaminhar aos Poderes e ao Ministério Público Estadual. Correto!

O SR. BENEDITO PINTO – Além dos Poderes, ao Ministério Público também.

(PAUSA)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Na verdade, a proposta é provocar o Governo a encaminhar ao invés de... (PAUSA)

Emenda nº 84, emenda modificativa, de autoria do Deputado Clóvis Roberto, que modifica o *caput* do artigo 68, que passa ter a seguinte redação:

Vocês acompanhem a proposta do Governo para ver o que mudou.

“Art. 68 Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja encaminhado para a sanção até o dia 31 de dezembro de 2003, a programação relativa a pessoal e encargos sociais e serviços da dívida e demais despesas e custeio, poderá ser executada em cada mês até o limite de $\frac{1}{12}$ do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembléia Legislativa até que a respectiva lei orçamentária seja sancionada ou promulgada.”

Tudo bem?

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Tudo bem!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 85, emenda modificativa, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que modificou o artigo 70, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 70 A prestação anual de contas do Governo do Estado incluirá relatório de execução dos programas e suas metas, projetos, atividades e operações especiais, contendo identificação, data de início, data de conclusão quando couber a informação quantitativa, segundo os indicadores de resultados estabelecidos no Plano Plurianual 2004/2007 e na respectiva Lei Orçamentária.”

Tudo bem?

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – É uma questão de conceito. Atividade é uma atividade contínua, não tem uma data de início e fim. A mesma forma as operações especiais. Projetos, sim, têm um início e fim, uma data colocada. Mas atividade, por exemplo, a manutenção administrativa, ela é uma ação continuada, não existe o início e o fim, mas vai ser exatamente o início do exercício e o final do exercício.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Isto aqui é só uma prestação de contas.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Então, talvez, a redação...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – A prestação anual de contas do Governo. Tem que colocar só para dizer: Olha, nós fizemos isso, nós fizemos aquilo.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – No caso de atividades...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – É só transparência.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Correto. Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Programa de desenvolvimento de metas, projetos, quais são as atividades, operações especiais, identificação, data em que começou determinado projeto, quando vai terminar. Eu não vejo problema...

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – É, só deixa Projeto. Atividades não têm fim...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Tirar só atividades?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – E operações especiais.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Tudo bem, nós fazemos uma mudança na emenda.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu acho que é só na quanto à atividade, que é uma questão continuada.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Operações especiais, também, é uma ação específica. Não tem essa característica de início e fim.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Operação especial não é nem projeto, nem atividade. É pagamento de alguma coisa, de alguma dívida, de inativos, de pensionista. O Projeto que é interessante.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Qual o problema de informar isso? É na prestação anual de contas. Eu não vejo problema nenhum.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Em termos de valores, realmente não tem problema nenhum. Isso eu não vejo. O que pede a lei são dados de início, fim...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – No que couber. Determinadas atividades têm início, meio e fim. Algumas coisas não têm. O que não tiver..

Fome Zero. Vai-se gastar quanto com o Fome Zero ao ano? Só isso.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – É o Projeto. Aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Eu estou falando o seguinte: Qual é o problema dizer quanto se gastou com aposentado, com pensionista, em um relatório final do Governo? Não atrapalha em nada. É só informação.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Tudo bem? Pode ser? (PAUSA). Então, fica aprovado.

Deputado, não estão enumeradas as emendas do Deputado Silval Barbosa e as minhas. Eu posso passar para essas emendas? (PAUSA).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Vamos enumerar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 85, emenda aditiva, de autoria do Deputado Silval Barbosa, que adita inciso ao artigo 16, com o seguinte texto:

“Programação para desenvolvimento de projeto turístico para o interior.

“Art. 16 O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 30 de setembro de 2003, e a respectiva lei, serão constituídas de:

- Programação para desenvolvimento de Projeto turístico para o interior”.

Na verdade, a LDO estipula critérios e o PPA estipula ações. O que vocês estão alegando é que uma ação está direcionando... Nós estamos discutindo critérios de como vai vir o Orçamento. As Ações do Orçamento, ou vamos colocar no PPA ou no Orçamento. É isso que vocês estão colocando, não é?

O SR. BENEDITO PINTO – Deputado Zé Carlos do Pátio, a LDO aqui pode fazer metas, desde que sejam aprovadas, e elas podem constar no PPA também, porque o PPA não veio para cá ainda.

A SR^a EVANIL PINTO MOREIRA – As ações estão sendo discutidas nos fóruns. Então, elas não estão remetendo na LDO.

O SR. BENEDITO PINTO – Eu acho que aí está tirando a autonomia da Assembléia Legislativa de poder ...

A SR^a EVANIL PINTO MOREIRA – Não está.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO – Eu acho que a Assembléia pode achar que, ao invés de criar metas e colocar aqui.... As metas e prioridades que a Assembléia Legislativa colocar na LDO, naturalmente vão ter que constar no PPA para 2004.

Nós temos aí um caso diferente dos outros anos: não temos o PPA para 2004. E acho que isso é uma falha muito grande da legislação, deixar terminar o prazo do PPA para poder fazer uma LDO no escuro, sem projeto, sem... O PPA vem junto com o orçamento, não é?

Nesse caso, eu acho que a LDO não teria nenhum sentido ai hoje. A Assembléia Legislativa pode criar metas na LDO. Não significa que... Porque nós temos um artigo aqui remetendo para o PPA todas as metas e as prioridades. Não significa que a Assembléia Legislativa não pode aprovar na LDO metas e prioridades que ela acha que podem ser colocadas no PPA de 2004.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI - LDO é Lei de Diretrizes Orçamentária.

O SR. BENEDITO PINTO - Pois é, mas nós não temos aqui o PPA para 2004, e como vamos criar as metas no PPA, a Assembléia Legislativa pode sugerir na LDO, colocar na LDO, o que pode ser metas no PPA, como...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado, quero colocar o seguinte: Se nós acatarmos a idéia, vamos fugir da metodologia, da forma como estamos fazendo a LDO. Só quero colocar isso, porque, na verdade outros colegas Deputados fizeram emendas nesse parâmetro e rejeitamos, e estamos colocando só as diretrizes básicas.

Não estamos rejeitando as emendas dos colegas Deputados, mas estamos sugerindo o encaminhamento para o PPA, como emenda do PPA.

Esse foi o entendimento que tivemos junto com o Governo nessas questões.

O SR. WILLIAM RANGEL - Da apreciação do PPA, entrariam dentro do corpo do PPA.

O SR BENEDITO PINTO – Mas nós temos um caso, por exemplo, a Assembléia Legislativa pode colocar como meta aqui e constar no PPA a continuação da construção do prédio, não pode?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não, foi rejeitada. Nós vamos colocar no PPA.

O SR. WILLIAM RANGEL – Vai constar no PPA. O PPA vai ser votado pela Assembléia Legislativa e ela vai constar lá dentro.

O SR. BENEDITO PINTO - Nessas emendas de metas, precisa....

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – A emenda nº 86 nós encaminhamos para o PPA.

Emenda nº 87, emenda aditiva, de autoria do Deputado Silval Barbosa, que adita ao artigo16: “programação referente à manutenção e ao desenvolvimento dos conselhos estaduais.”

Remete ao PPA.

Emenda nº 88, também remete ao PPA; Emenda nº 89, pavimentação asfáltica, remete ao PPA; Emenda nº 90, também remete ao PPA.

Emenda de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Agora não vai ao PPA...
(RISOS)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não, e quero fazer uma sugestão: eu conversei com a equipe econômica, e vamos ter praticidade nessas nossas emendas. Estou extremamente desprendido nesses encaminhamentos aí.

Emenda nº 91, emenda Aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo no Capítulo VI da Lei nº 83/03, que passa ter a seguinte redação:...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Na verdade, eu acho que nem vou ler toda, já fizemos alguns encaminhamentos e quero saber qual foi o encaminhamento da Secretaria de Planejamento sobre essa emenda.

O que nós estamos fazendo é detalhando mais a emenda, é uma emenda aditiva. Por exemplo: a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício...

Adita um artigo ao Capítulo VI da Lei nº 83/03, onde dispõe sobre alterações na legislação tributária, que passa ter a seguinte redação:

“A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dos seguintes: atender ao disposto da Lei Orçamentária e a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentária;

b) estar acompanhada de medidas de compensação no período mencionado do capítulo por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração e criação de tributos ou contribuição.

§ 1º...”

Tem algum problema essa emenda?

O SR. TONY BICUDO – Nós analisamos e acreditamos que ela está reproduzindo o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entrando apenas no § 3º com relação ao cancelamento do débito cujo montante seja inferior aos dos respectivos custos de cobrança.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - “§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos dos respectivos custos de cobrança.”

O SR. TONY BICUDO - Nós opinamos pela rejeição da emenda, uma vez que já está toda ela contemplada na Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 14. E, quanto a essa parte pertinente ao cancelamento, já existe uma legislação estadual que contempla esses cancelamentos, normatizados por Portarias na Secretaria de Fazenda.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Está rejeitada, então.

Emenda nº 92, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo V, da Lei nº 83/03, onde dispõe sobre a administração da dívida pública estadual e das operações de crédito que passam ter a seguinte redação:

“Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.”

Para isso, inclusive, meu assessor colocou a justificativa aqui:

“É fundamental a apresentação e aprovação desta emenda, visto que a mesma estabelece critérios a serem utilizados quando da contratação de hora-extra, caso a despesa com pessoal atinja os noventa e cinco por cento dos limites definidos no artigo 20, da Lei Complementar nº 101. Portanto há que ser rigorosamente cumprida.”

Vejam bem, eu acredito que isso é garantido por lei, mas só que nós estamos colocando na LDO, até para justamente aditarmos aquilo que já é garantido em lei.

Está tudo bem? Aprovada.

Emenda nº 93, emenda modificativa, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que modifica o artigo 16, do Projeto de Lei nº 83/03, que passa ter a seguinte redação:

Art. 16...”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Os Senhores leram esta emenda? Qual o encaminhamento? Nós conversamos... Poderíamos nem ler, porque o texto é tão grande. Foram feitas algumas mudanças na Mensagem.

A justificativa colocada foi a seguinte: “Como se observa, a proposta, aqui, apresentada representa um maior detalhamento na elaboração e apresentação do Projeto de Lei.”

Na verdade... (PAUSA)...

Esta outra emenda, a Emenda nº 94, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo III, da Lei nº 83/03, que ‘dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração, execução e acompanhamento dos orçamentos do Estado e suas alterações’, que passa a ter a seguinte redação:

“No Orçamento anual do Estado constarão obrigatoriamente...”

Aqui eu estou detalhando bem o que constarão no Orçamento anual do Estado. E coloquei o que está e mais alguns encaminhamentos. Inclusive, pelo que os Senhores me falaram, já está contemplada.

Vamos anexá-la, juntamente com a outra, porque talvez tenha alguns dizeres que não têm na outra, que já foi contemplada.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Qual outra?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – De algum colega Deputado.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Vamos juntar com aquela outra...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Isso. É essa idéia que eu estou colocando...

(PAUSA)

É uma emenda aditiva, não é?

Não, não, esta aqui é uma emenda aditiva: “No Orçamento anual do Estado constarão obrigatoriamente...”

Ela é meio... Eu cheguei para o meu assessor...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Ela vai entrar no artigo 16, aí.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Olhem a justificativa que ele colocou: “Para melhor compreendermos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a adequação à LDO para 2004, é necessário que ela contenha definições previstas quanto às destinações dos recursos públicos na manutenção das despesas de responsabilidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público do Estado.

Esta emenda contempla todos os órgãos do Estado no tocante aos gastos públicos, dando, assim, não só a definição...”

São mais definições de conceitos...

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA – Aqui, ele colocou na justificativa...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Isso. Nós deveríamos tirar a palavra “da União”. Nós fizemos o compromisso de tirar e se manteria a emenda. Tudo bem? Contemplada. É mais conceito.

Emenda nº 95, a esta emenda, nós vamos fazer uma outra emenda modificativa ao artigo 8º. Qual é a Portaria que vocês gostariam que colocassem?

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA – Portaria nº 284.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, tira a Portaria nº 300 ...

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA – Portaria nº 248...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Portaria nº 248, que é a Portaria mais nova, de

28/04/03.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Então, essa aqui vai ser uma emenda da Comissão, porque está mudando a minha emenda.

A minha emenda será rejeitada, mas será aproveitada mudando uma Portaria, porque a Portaria que colocamos já tem uma nova Portaria só que ela está sendo questionada, mas já foi sancionada pelo Presidente da Republica.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Aprovada com nova redação.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Isso. É a Portaria nº 284.

Emenda nº 96, emenda modificativa, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que modifica o artigo 56, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 56 As limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00, serão observadas na definição das despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público Estadual para o exercício de 2004.

§ 2º Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/00, deverão os Podres Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, aplicar o disposto nos arts. 22 e 23 do mesmo instrumento legal”.

Então, é uma Emenda Modificativa...

O SR. JOAQUIM SUCENA – Mas de que artigo?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – É uma emenda modificativa ao artigo 56. Quer dizer, nós estamos mudando o artigo 56. Nós estamos colocando mais um parágrafo.

O SR. JOAQUIM SUCENA – O que está escrito no artigo 56.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu estou lendo só a emenda.

Art. 56...

O SR. JOAQUIM SUCENA – O artigo 56 está assim: “No decorrer da Execução orçamentária do exercício de 2004, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos estaduais, caso seja constatado o excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00, e desde que compatível com a meta de resultado primário do anexo de metas fiscais”.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, houve algum equívoco.

Eu vou ser bem sincero com vocês: Eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, membro da Comissão de Constituição e Justiça, a minha assessoria trabalhou neste final de semana meio na marra e acho que tem que ver só... Na justificativa ele coloca o seguinte: “Para atender expressamente a Lei Complementar nº 101, propomos a presente emenda, que dispõe sobre o cumprimento das normas inseridas nos artigos 22 e 23 da referida lei, relacionados com limite de despesa total com pessoal. Para atendermos expressamente a Lei Complementar...”

Eu vou pedir para rever essa emenda depois. Vou mandar um assessor nosso ver. E vou chamá-lo para ver urgente.

Emenda nº 97, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo VII, da Lei 83, onde trata sobre as Disposições Finais da LDO, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação Governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a) estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

b) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tenha adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

É uma emenda aditiva.

O SR. JOAQUIM SUCENA - É um novo artigo?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Isso.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Capítulo VII?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - No Capítulo VII.

“A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação Governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhado de:

a) estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

b) declaração do ordenador de despesas de que o aumento tenha adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. TONY BICUDO (FALA FORA DO MICROFONE) - Mas não haveria necessidade.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – É, talvez o Assessor quisesse colocar na LDO.
Rejeitada.

Emenda nº 98, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo VII da Lei nº 83/03, onde trata sobre as disposições finais da LDO, que passa a ter a seguinte redação...”

Também está aditado. Para efeito de ressalva de que trata o art.16 parágrafo 3º, da lei Complementar de nº 101, considera-se irrelevantes, as despesas decorrentes de criação e expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, cujo valor total no exercício não ultrapasse a 2% das despesas totais fixada para o exercício de 2004.

Na justificativa: “A Lei Complementar nº 101 estabelece, no parágrafo 3º do artigo16, que os limites para despesas considerados irrelevantes deverão ser definidos na Lei de Diretrizes Orçamentária, razão pela qual apresentamos a presente emenda.”

Deixa-me ler aquela justificativa da emenda anterior, só para eu ver, porque aqui a Lei Complementar de nº 101 estabelece, no parágrafo 3º do artigo16, que os limites para despesas considerados irrelevantes deverão ser definidos na Lei de Diretrizes Orçamentária, razão pela qual apresentamos a presente emenda.

Para efeito da ressalva de que trata o artigo 16, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101/00, considera-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação e expansão o aperfeiçoamento de ação Governamental, cujo valor total, no exercício, não ultrapasse a 2% da despesa total fixada para o exercício de 2004.

Isso, olha o que ele alega aqui: “A Lei Complementar nº 101 estabelece, no seu parágrafo 3º, do artigo 16, que os limites para as despesas consideradas irrelevantes deverão ser definidos na Lei de Diretrizes Orçamentária, razão pela qual apresentamos a presente emenda.

Tudo bem?

O SR. TONY BICUDO - O limite de 2% já está contemplado na reserva de contingência, só que essa reserva de contingência já tem parte de seus recursos que são alocados para fazer frente a pagamento de medidas judiciais.

Então, esse limite de 2% já não sobraria para essas despesas consideradas irrelevantes. Ao contrário disso, toda e qualquer despesa já está prevista no orçamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Então, é por isso que eu acho que não ficou definido um índice ou um percentual para essas despesas consideradas relevantes.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É a Lei Complementar nº 101, artigo 16, item 2, § 2º:

“A estimativa de que trata o inciso I do Capítulo será acompanhado das primícias e metodologias de cálculo utilizado”.

O terceiro, ressalva-se o disposto... Esse artigo é despesa considerada irrelevante nos termos que dispuser as Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Então, a Lei Complementar nº 101 garante isso.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Nós consideramos válida a complementação legal, porque realmente na LDO tem que informar isso, mas 02% sobre a despesa total fixada no exercício de 2004 é algo em torno de oitenta milhões, e vai considerar como irrelevante? O total da despesa é de quatro bilhões, arredondando, e 02%, vai considerar como irrelevante?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concordo. A assessoria colocou muito alto mesmo. Então, vamos fazer uma proposta para reduzir. Ele quis dispor.. Nem um por cento.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Nem um por cento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tem que ser mais ou menos... Uma proposta...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Zero vírgula alguma coisa.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Qual a proposta?

Zero vírgula...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Não. Eu não posso propor. Desculpe-me.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Vamos propor alguma, por exemplo: 0.01 da quanto? Quatro milhões?

O SR. TONY BICUDO - Tem que estar previsto na Lei orçamentária. A partir do momento em que você define um percentual, mesmo que seja 0,02 que daria dez por cento do valor aí, nós estaríamos abrindo um precedente para que o gestor público pudesse utilizar até esse limite sem estar autorizado pela Assembléia Legislativa, sem estar no orçamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas você pode encaminhar... Não vai ter que ser encaminhado pela LOA, pela Lei Orçamentária, onde será aplicado.

O SR. TONY BICUDO - Mas vai dar liberdade a ele de estar aplicando esse recurso. Eu acredito que da forma como está, sem esse limite e da forma como o Governo vem trabalhando, está melhor atendida a questão da gestão responsável na administração dos bens públicos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A minha preocupação é só o seguinte: Se nós não delimitarmos, ele poder ter mais liberdade.

O SR. TONY BICUDO - É ao contrário. Se não houver a limitação, ele não poderá em nenhum momento utilizar-se disso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, eu rejeito a minha emenda. Eu retiro a minha emenda.

Emenda nº 99, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita ao Capítulo VII, onde trata das disposições finais da LDO, que passa a ter a seguinte redação:

“O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que a sistemática da responsabilidade na gestão fiscal possa atingir sua finalidade, que é o equilíbrio das contas públicas deve estar voltado para, através de ação planejada e transparente, cumprir metas e resultado entre Receita e Despesa”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Como é que os senhores acham? Já está contemplada?

Na verdade, nós estamos colocando conceito...

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – Deputado, esse conceito está exatamente refletindo o § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Mas, veja bem, pode estar até na Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos supor, se coloca na LDO... Veja bem, eu acho que fortalece o conceito. Essa é a análise de alguns técnicos.

A SR^a JOSIANE FÁTIMA ANDRADE – É, eu acho que não prejudica.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não prejudica.

Tudo bem? Aprovada.

Emenda nº 100 – Essa emenda é sobre o artigo 46: “A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência no valor de até 2%”.

Então, contempla com a outra.

Emenda nº 101, emenda modificativa, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que modifica o artigo 38, que passa ter a seguinte redação:

“Art. 38 É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, em seus créditos adicionais, quaisquer recursos do Estado para clubes, associações de servidores e de doações, a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas à entidades privadas sem fins lucrativos de atividade de natureza continuada, de atendimento direto ao público nas áreas de Assistência Social, Saúde ou Educação, ou que esteja registrado no Conselho Nacional de Assistência Social”.

Acatada? Então, está acatada esta emenda.

Emenda nº 102: “Fica aditado um artigo...”...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu só quero fazer uma observação que está anotada aqui: no art. 38, vocês falam no disposto no artigo, parece-me que é 25 que está no projeto original da Lei Complementar Federal nº 101. Parece-me que é o artigo 26, ao invés do artigo 25. Eu acho que houve um equívoco.

(NESTE MOMENTO, OS SRS. DEPUTADOS E OS PARTICIPANTES DA PLATÉIA DIALOGAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Emenda nº 102, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo III do Projeto de Lei nº 83/03, onde dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração do acompanhamento dos orçamentos do Estado e suas alterações que passa a ter a seguinte redação:

“As unidades orçamentárias não poderão ser consignadas novos projetos...”...

A SR^a JULIETA (FALA DA PLÁTEIA) - Já está contemplada.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Já está contemplada?

Emenda nº 103 - Julieta, esta é uma emenda que você pediu para rejeitá-la. É a emenda aditiva ao Capítulo III que faz conceitos da LOA, da LDO... Rejeitada.

Emenda nº 104, emenda aditiva, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que adita um artigo ao Capítulo III da Lei nº 83/03, onde dispõe sobre as diretrizes gerais...”...

...“...A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes...”...

Esta daqui já foi contemplada? Fica aditado um artigo ao Capítulo III, onde dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da LDO? É uma Emenda Aditiva.

...“...A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual, ou em lei que autorize a sua inclusão conforme o disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.”

São conceitos. São conceitos que não estão colocados. São conceitos! Tudo bem, para mim... São conceitos.

...“...A presente emenda complementa a redução dada inicialmente ao projeto de lei estabelecendo normas a serem cumpridas pelo Governo, quando a priorização de despesas com investimentos já em andamento e os novos, bem como as despesas com o pagamento da dívida pública, encargos sociais, salários e resto a pagar sobre ações de expansão dos serviços públicos.

Não se pode conceder de outra forma ou estaremos incentivando a criação dos chamados elefantes brancos e deixando de valorizar os serviços públicos.”

Aqui ela coloca assim: “As obras de execução terão prioridade sobre as novas...” Já tem, não é?

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Já tem isso aqui.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – “3º, as despesas com pagamento da dívida pública e encargos sociais...”

Esta aqui também pediu para rejeitar essa questão que eu coloquei municípios e outros entes da federação.

“As transferências voluntárias dos recursos do Estado para outros entes da federação...” Colocaram “para os municípios”.

“O projeto orçamentário deve primar pela responsabilidade da gestão fiscal atendendo uma emenda aditiva ao Capítulo III...” Isso aqui é conceito também. (PAUSA)

Pode rejeitar.

O que alguns dos meus assessores disseram, meus assessores são genéricos, é o seguinte: Estão faltando alguns conceitos dentro da LDO. Eu acho que eles estão corretos dentro do parâmetro deles.

Por exemplo: se você não criar alguns conceitos básicos do que é... Por exemplo: aqui tem uma que está sendo rejeitada pelos conceitos básicos da LDO, papel da LDO, do Orçamento e do PPA. Eu acho que tem que ter alguns conceitos básicos dentro do projeto, mas não vou polemizar porque... O Deputado está rindo porque eu apoiei muitas emendas dele e ele está a fim de ver o meu... (RISOS)

Aqui tem uma emenda que é extremamente polêmica e eu vou até lê-la.

“Art. 33 As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais, integrarão os quadros de detalhamento de despesas. Qualquer abertura de crédito adicional destinada ao reforço de dotações já consignadas no Orçamento ou que venham a ser criadas e destinadas a investimentos, serão específica a ser aprovado pela Assembléia Legislativa”.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Então, o pedido vem para cá e Vossas Excelências vão analisar?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – É.

Esta aqui já foi contemplada, é o mês de julho de 2003 como data básica.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – É um comprometimento muito sério para a Assembléia Legislativa!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Não, eu acho que é o papel do Parlamento. (PAUSA).

(OS SRS. DEPUTADOS E OS TÉCNICOS DO GOVERNO CONVERSAM AO MESMO TEMPO- INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, eu proponho a rejeição da Emenda nº 106, e já resumimos logo esse problema. Ela ficou muito confusa.

Eu queria propor que aquelas emendas que ficamos em dúvidas, que já resolvêssemos logo.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Temos algumas emendas de autoria da Deputada Ana Carla Muniz e eu gostaria que o assessor passasse as cópias ao pessoal, para que eles possam acompanhar conosco. Vamos analisar logo essas emendas da Deputada Ana Carla Muniz

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda aditiva, de autoria da Deputada Ana Carla Muniz, que adiciona o parágrafo único ao artigo 65, que passa ter a seguinte redação:.

Vamos primeiro ler o artigo 65, para depois lermos o parágrafo único.

“Art. 65 O poder executivo adotará, durante o exercício de 2004, as medidas que se fizerem...”

É o art. 64. Então, é um parágrafo único ao art. 64. Só vai mudar o artigo.

“Art. 64 O Poder Executivo, visando aprimorar o controle, o acompanhamento e a permanente avaliação das despesas de custeio realizadas por todos os órgãos dos Poderes do Estado, deverá estabelecer parâmetros de preços relativos à contratação de serviços terceirizados, de caráter continuado, e desenvolver sistemas eletrônicos para aquisição de materiais e bens de serviço.

Parágrafo único Para consecução dos objetos do *caput* desse artigo, o Estado promoverá também, em função das alíquotas diferenciadas de ICMS cobradas em outros entes da Federação, o aperfeiçoamento das regras de suas licitações, garantindo a igualdade de competição entre o concorrente mato-grossense e de outros Estados brasileiros.”

O SR. JOAQUIM SUCENA – Eu fiz uma lei que, inclusive, mais ou menos, versa sobre isso, mas não é...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, tem que enumerar a lei.

Nós paramos em qual? Na 109. É a 110, agora. Eu acho que esta é a 110. Não é isso?

Emenda nº 110, emenda modificativa, de autoria da Deputada Ana Carla Muniz, que modifica a redação do artigo 43.

“Art. 43 Durante a execução orçamentária do exercício de 2004 não poderão ser canceladas ou anuladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais, programas sociais e serviço da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades.”

O SR. JOAQUIM SUCENA – Acrescentou só a palavra “anulada”.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Não, acrescenta “programas sociais”.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – “Durante a execução orçamentária do exercício de 2004 não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviço da dívida...”

O SR. JOAQUIM SUCENA – Cabe na LOA.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI – Nem na LOA, porque o Orçamento é em nível de grupo de despesa, não em nível de programa.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Mas aí você vai cair dentro do programa lá em baixo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Programas sociais. Eu acho interessante esta emenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Estou achando o Deputado Carlão Nascimento... Eu acho que ele tem que ser o Líder do Governo. Tem que pegar a Deputada Ana Carla Muniz... Ele, que disse que o PMDB está na barra do Governo...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu tive o cuidado de dar uma estudada. Está até amarelo aqui. É um artigo que só segura o Governo

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – E não é bom definir? A Deputada Ana Carla tem uma linha política voltada a programas sociais.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não sou contra a emenda. O meu voto é favorável. Agora, nós estamos aqui fazendo ...

O SR. JOAQUIM SUCENA – A única coisa que nós temos que acrescentar e aproveitar das emendas são “as dotações canceladas ou anuladas”.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – O Deputado está preocupado em amarrar o Governo. Eu estou preocupado...

(A SRª JULIETA BORGES POZZETTI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Qual a opinião do Governo?

Emenda nº 111, emenda aditiva, de autoria da Deputada Ana Carla Muniz, que adiciona o inciso IV ao § 2º do artigo 39, do Projeto de Lei nº 83/03, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2004.

Então, amarrou no inciso IV do § 2º, do art. 39, que terá a seguinte redação:

“IV - Dotações para aplicação em programas sociais”.

“Art. 39 Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando...” O item II, ele colocou o § 2º, o inciso IV.. Não tem o inciso IV aqui.

Então, por ser emenda aditiva, teria que ter o inciso III. Cadê o inciso III? Porque só tem o I e II aqui. Então, a sua proposta teria que ser o III.

“O inciso IV do § 2º..”.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Não tem nenhum parágrafo...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – “...forem relativos à dotação para pessoal, encargos sociais, serviços da dívida...”

É o item “d”, então, o item “d”, do § 2º

O SR. JOAQUIM SUCENA - Não. É inciso II.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É o inciso II ... É o item “d” do inciso II. É isso?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Alínea “d”, do inciso II.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Alínea “d”, do inciso II, do art. 39: dotações para aplicação de programas sociais.

Então, quer dizer que não poderão ser apresentadas emendas quanto dotação para pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências e dotações para aplicação em programas sociais.

A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA (FALA FORA DO MICROFONE) - Não dá para amarrar.

(DISCUSSÃO PARALELA - TODOS FALAM AO MESMO TEMPO – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu passo a palavra para o Deputado Joaquim Sucena, para registrar sua posição.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Nós vamos fazer com essa emenda exatamente a exclusão da Assembléia Legislativa para qualquer ação na área social.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Na realidade, tudo o que vier na área social do Governo não podemos mexer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A preocupação da emenda da Deputada é outra, é para que o Governo não cancele, não mexa nisso. O que nós estamos fazendo é o contrário. Nós estamos amarrando a nós mesmos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Essas emendas vão ser rejeitadas porque elas teriam que ser no PPA.

“Adiciona-se os incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, até XXVIII...”

O SR. JOAQUIM SUCENA – Não precisa ler. Não precisa ler, porque senão nós vamos ficar aqui...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Programação de recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação-FETHAB, destinado para a construção de casas populares no Município de Água Boa, Alto Paraguai, Alto Boa Vista...

(O SR.DEPUTADO JOAQUIM SUCENA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Emenda nº 112, emenda aditiva: Adiciona-se o parágrafo único, do art. 7º, terá a seguinte redação:

“Parágrafo único Fica o órgão detentor de recursos vinculados obrigados a arcar com o valor total das contrapartidas dos convênios para realizar com o Governo Federal, não podendo o Estado efetuar tal despesa com recurso da Fonte 100”.

(OS SRS DEPUTADOS E OS TÉCNICOS DO GOVERNO FALAM AO MESMO TEMPO – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu quero fazer uma sugestão e quero contestar o colega Deputado Carlão Nascimento. Desculpe-me, Deputado Carlão Nascimento.

Muitas vezes, dizem: Ah, mas a primeira foi contemplada em detrimento dessa. Eu quero que o Deputado... Tudo bem, a ordem das emendas tem que ser privilegiada. Mas, se tem uma emenda de um Deputado que é a de nº 40 ou 50, mas tem uma emenda de nº 10, de outro deputado, que contempla, porém aquela que tem o melhor texto deveria ser a contemplada.

Talvez o texto dessa emenda da Deputada seja melhor do que a outra, então, que a contemple. Eu faço essa sugestão...

O SR. JOAQUIM SUCENA - O artigo é que será suprimido.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ah, vai ser suprimido esse artigo?

Então, é outro assunto. Mas eu deixo essa proposta, mesmo assim, ao Deputado Carlão Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Não, eu...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ele não entendeu o que eu quis colocar naquela hora.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Eu não tenho nenhum problema em fazer isso. Agora, a questão nossa é tempo aqui.

Eu acho que o Deputado que... A LDO chegou aqui no dia 14 de abril, o Deputado, estudou a LDO, mandou para cá, e eu tenho que aproveitar quem chegou primeiro. A Deputada Ana Carla Muniz, está me entregando as emendas agora, dois minutos antes de fazermos o Relatório.

O SR. JOAQUIM SUCENA - No Relatório, a emenda vai estar colocada... No Relatório da Comissão vai estar colocado da seguinte maneira: Contemplada, através da emenda nº tal. Então, de qualquer maneira não é pela rejeição. É que ela já foi contemplada. Uma vez contemplada, não tem rejeição e nem aprovação, ela simplesmente já foi contemplada.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Deputado Joaquim Sucena, eu acho que a colocação do Deputado Zé Carlos do Pátio é relevante. Porque, mesmo que se optou pela exclusão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

do artigo 7º, mas a proposta do parágrafo talvez se enquadre em um outro artigo, alguns outros... É relevante para o Tesouro do Estado essa proposição.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Nós poderemos remeter para qual artigo, para onde? Vai virar... Nós podemos fazer uma modificação pela Comissão para encaixar em algum lugar, aí, sim, é outra coisa.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Essa emenda aí... Vamos votá-la. Parágrafo único do artigo 7º do Projeto de Lei nº 83. O artigo 7º vai ser suprimido.

“Fica o órgão detentor dos recursos vinculados obrigados a arcar com o valor total das contrapartidas dos convênios que realizar com o Governo Federal, não podendo o Estado efetuar tal despesa com recursos da Fonte 100”.

Na verdade está tirando a responsabilidade do Estado, da contrapartida e o órgão...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Não do Estado, mas do Tesouro do Estado...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Do Tesouro do Estado. Isso.

Eu queria, Mauro, que você me desse o conceito de Tesouro do Estado. Porque, na verdade, eu falei o seguinte: está tirando a responsabilidade do Estado. Você falou: “Não. Do Tesouro do Estado”. Então, eu queria que você me fizesse esse conceito de Tesouro do Estado.

O SR. TONY BICUDO - Nós temos várias fontes.

Por exemplo, vamos pegar um exemplo caseiro nosso da Fazenda. Quando a Secretaria de Fazenda estabelece um convênio, qualquer tipo de convênio, ela teria que honrá-los com as fontes do FUNGEFAZ, que é o Fundo de Gestão Fazendária. É do Tesouro também. É fonte do Tesouro. E nós consagramos as Fontes que vão de 100 até 199. As Fontes do FUNDEFZ são Fontes 139, 140 e 141. Então, estão dentro da Fonte Tesouro, mas a Fonte Tesouro pura, que é a Fonte 100, essa está muito penalizada, em grande parte dela, em razão de compromissos assumidos até mesmo com contrapartida de convênio.

No momento que nós estamos aprovando essa emenda, liberando a Fonte Tesouro, estamos dando como contrapartida a Fonte de recurso próprio de quem tem Receita vinculada, e estamos liberando a Fonte Tesouro, que é essa Fonte 100 pura.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Mauro, dê uma olhada no artigo 36.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Vou tentar responder a dúvida do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Em relação à diferença do Tesouro do Estado, o Tesouro do Estado é onde é feita a administração dos recursos ordinários do Governo. Então, são recursos que não têm destinação específica, que são administrados pelo Tesouro do Estado.

Nós temos o recurso da Educação, por exemplo, esse é administrado pela Educação, a Saúde, convênios e tudo mais. O que não tem uma destinação específica ou não há um direcionamento, é administrado pelo Tesouro do Estado. Aí é deliberação do Executivo fazer o encaminhamento desses recursos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu vou fazer uma sugestão. Há possibilidade de colocar essa emenda da Deputada através de uma análise do local onde podemos acrescentar. Vamos propor: ou vai ter que fazer uma outra emenda da Deputada ou vai ser uma emenda da Comissão, porque, na verdade, já foi protocolada essa emenda. Agora, temos que pegar a idéia da Deputada para que seja incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – O Deputado Joaquim Sucena está correto. Eu acho que o melhor local é o artigo 36.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Artigo 36?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Criação de um § 2º. Deixa de ser Parágrafo Único e passa a ser § 2º. O Parágrafo Único passa a ser § 1º...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Eu devolvo a emenda para a Deputada e ela vai fazer, em nome dela, no artigo 36, uma nova emenda.

Emenda nº 116, emenda modificativa, que modifica o § 1º do artigo 16, que passa ter a seguinte redação:

“§ 1º Acompanharão o projeto de lei orçamentária além dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os complementos referentes no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, 17 de março de 1964 e os demonstrativos contendo as informações complementares da seguinte forma...”

Os Senhores querem ler o artigo 16?

O SR. JOAQUIM SUCENA – “Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos”, esse é o § 1º.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – O art. 16, diz o seguinte: “O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 30 de setembro de 2003, e a respectiva lei, serão constituídos de:

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere...”...

Eu quero ver o que é que o Governo acha. Eu proponho que vocês analisem esta emenda, já estão com ela em mãos? Vamos deliberar já, vamos ser objetivos, porque não podemos pagar por uma emenda chegar em cima da hora aqui

O SR. JOAQUIM SUCENA - Vai mudar toda a redação sem modificar absolutamente nada aqui. Ela se torna quase que inócua.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Está rejeitada.

Emenda nº 117, emenda aditiva, de autoria do Deputado J. Barreto, que adita no artigo 5º, inciso IV.

Art. 5º, inciso IV, com a seguinte redação: ...

(NESTE MOMENTO, A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA FALA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Artigo 5º? Inciso IV? Já existe o inciso IV.

(NESTE MOMENTO, A SRª MARIZE BUENO DE SOUZA FALA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.).

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Então, não é aditiva, é modificativa.

“Fica aditado no art. 5º o inciso IV com a seguinte redação:

Garantir no Orçamento Geral de 2004, destinação de recursos para investimentos para os municípios do Estado.”

Há investimentos, porque, na verdade, também é uma emenda modificativa.

“Garantir no Orçamento Geral de 2004 destinação de recurso para investimento para os municípios.” (PAUSA)

O SR. BENEDITO PINTO – O que o Deputado quis dizer aí não era referente ao artigo 4º. Segundo o que eu tenho de informação, é de uma emenda que foi aprovado e isto aqui pode ser anexada a essa emenda quanto ao detalhamento em nível de municípios na elaboração do Orçamento. Já existe uma emenda que foi aprovada aqui que diz que na elaboração do município virá para a Assembléia Legislativa o projeto em nível de detalhamento onde os recursos estarão sendo para as mesorregião, especificando os municípios.

No Orçamento, quando vem para a Assembléia Legislativa, não virá esse detalhamento em nível de projeto e subprojeto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Então, é isso que ele quer dizer, quando o projeto já está especificando. A Emenda dele já foi contemplada numa outra do Deputado Dilceu Dal Bosco. Se já foi contemplada, que essa seja anexada ao do Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Anexar a emenda do Deputado Dilceu Dal Bosco, que já foi contemplada. Vamos ver qual é a que tem a melhor redação.

Essa que é a nossa proposta. Eu estou falando para o Deputado Carlão Nascimento, a que tiver a melhor redação nós colocamos. Não acho justo, muitas vezes tem uma emenda com uma boa redação, mas é uma das últimas.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Eu quero aproveitar, e já conversei com o Mauro, e fazer a complementação do artigo 47, onde vai com a mesma redação até “Constituição”, com a redação que foi dada na Emenda Constitucional nº 30, que é aquela que divide os precatórios civis em até dez anos, para não ficarmos fora da aplicação da própria lei da Emenda Constitucional.

E, da mesma forma, que esses precatórios, quando forem... Eles devem estar numerados, mas as prestações são anuais. Então, colocar aqui, no artigo 48, quando vem a especificação do caráter do precatório, da natureza da despesa, etc, criar o inciso IV: “acrescido o valor da prestação anual do precatório parcelado na forma do art. 78, do Ato das Disposições Transitórias”. Porque aqui eles foram parcelados em dez vezes, se formos colocar o precatório inteiro, não vamos conseguir fechar esse orçamento nunca. O que devemos ter de precatório é um volume muito grande, então, só coloca a parcela anual. Senão, quando for fazer o levantamento disso, o Tribunal manda o precatório por inteiro e não o parcelado, e vamos fazer a previsão orçamentária de que maneira?

Tem algum impeditivo?

Eu acho que facilitaria para nós, porque no artigo 48 já é o Judiciário que encaminha os precatórios.

Veja bem:

“**Art. 48** O Poder Judiciário encaminhará ao órgão central de orçamento, até dez dias após a sanção desta lei, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2004, discriminando:

I - caráter do precatório;

II - natureza da despesa: alimentar ou comum;

III - valor do precatório a ser pago e a data em que for atualizado o cálculo;

IV - órgão ou entidade devedora;

V - número do precatório;

VI - nome do beneficiário;

VII - número da ação originária;

VIII - data do trânsito em julgado;

IX - data em que a Fazenda Pública foi citada para a fase do art. 730 do CPC.”

Essa mesma relação ele manda para cá. Mas já manda, ao invés dele mandar o inteiro, já manda o valor da prestação que é para nós podermos fazer o cálculo da previsão orçamentária para o atendimento disso.

O SR. BENEDITO PINTO – O valor é o Planejamento.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Não é mais o planejamento que define isso, não. Na minha opinião eu acho que não.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Deputado, Vossa Excelência está propondo que na lei orçamentária seja colocado o valor que vai ser pago anualmente?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Não. Veja bem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Na relação só.

O SR. JOQUIM SUCENA – Na relação, que ela venha.

Isso aqui é o artigo 48, que o Judiciário tem que mandar lá para vocês.

Então, o caráter do precatório terá que dizer a natureza da despesa, se é alimentar ou comum, porque alimentar tem que ser cheio, não pode ser dividido; valor do precatório a ser pago e a data em que for atualizado o cálculo. Mas quando ele mandar para lá, mandará o valor do precatório e não mandará a prestação do precatório. Ele pode ser dividido em dez vezes pela Emenda Constitucional nº 30. Eles foram divididos em dez vezes.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Depende da origem do precatório.

O SR. JOAQUIM SUCENA – É por isso que eu estou dizendo. Por isso que foi criado o inciso X, dizendo que podem ser os precatórios civis, mas que venham dentro do valor a serem pagos no ano de 2004.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Deputado, o que me chama a atenção é que não é autonomia do Judiciário estabelecer parcela. Pode haver um problema nesse sentido, porque o artigo 48 diz que é o que o Judiciário encaminhará.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Na Procuradoria?

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Na Procuradoria. É uma decisão conjunta: Secretaria de Planejamento, Procuradoria e Secretaria de Fazenda.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Todos têm que estar juntos.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Sim e não específico do Judiciário.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Ele manda um valor por inteiro?

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Ele manda por inteiro para inscrição do Orçamento e para as providências de pagamento.

O SR. JOAQUIM SUCENA – De qualquer maneira, ficaria uma Emenda Constitucional para poder dar vasão...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Não, com certeza. No artigo 47, não é?

O SR. JOAQUIM SUCENA – No artigo 47 ficaria a Emenda Constitucional (PAUSA).

O SR. JOAQUIM SUCENA – Aqui seriam os precatórios parcelados

O SR. BENEDITO PINTO – O parcelamento é feito por essa...

O SR. JOAQUIM SUCENA – O parcelamento é feito pela Emenda Constitucional, Sr. Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO – O parcelamento que trata Emenda Constitucional é de até dez anos que o Estado tem, por obrigação, nesse período, para quitar o precatório.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – Não necessariamente em parcelas iguais, Sr. Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO – No texto anual quem faz o parcelamento do pagamento é a Procuradoria, a Fazenda e o Planejamento...

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO – É a Procuradoria, a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Planejamento.

O SR. BENEDITO PINTO – Eles que fazem anualmente, baseados no que é aprovado para pagar no ano. Se é parcelado ou pago à vista...

O SR. JOAQUIM SUCENA – O Tribunal de Justiça só passaria o valor?

O SR. BENEDITO PINTO – Só.

O SR. JOAQUIM SUCENA – E a Procuradoria que faria, então...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO – Exato. A Procuradoria, a Secretaria de Estado de Planejamento e a Secretaria de Estado de Fazenda, eles é que fazem a programação, se vai pagar em dez meses, doze meses, dentro do ano, tem que pagar dentro do exercício.

O SR. JOAQUIM SUCENA – É, porque o problema aqui, eu estava vendo, é competência, porque o Judiciário quando vai mexer com a Emenda nº 30 já tem que mexer com ela fechada.

O SR. BENEDITO PINTO – O Poder Judiciário, por sua vez, remete ao Estado para colocar no Orçamento; remete também à Assembléia Legislativa uma cópia do que mandou para a Secretaria de Estado de Planejamento para checar na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. O pagamento é dentro da programação feita pela Secretaria de Estado de Planejamento, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Para isso, a Procuradoria já tem uma nova lei normativa, baseado no que for pagar, dentro da lei, e programam o pagamento.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Então, a primeira ficaria a Emenda nº 30 aqui, que caberia no artigo 47, e deixaria de existir o artigo 48.

O artigo 47 é o que complementa com a Emenda Constitucional nº 30, lá no final dele... E aqui seria um novo inciso

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Dez anos o prazo para pagar, de acordo com a Emenda nº 30.

O SR. JOAQUIM SUCENA – São dez anos.

O SR. BENEDITO PINTO – Já foram cinco anos.

O SR. EVALDO – Já foram dois anos.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Independente de qualquer coisa, o que estava previsto é quando fosse fazer a relação já visse um parcelamento, alguns já foram pagos metade esse ano, já foi uma prestação, duas, nenhuma, cinco...

O SR. BENEDITO PINTO – Tudo tem que ser pago dentro do ano.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Seriam dois anos. O máximo que seria é a terceira ... Não, alguns poderiam estar recebendo dentro do parcelamento.

O SR. BENEDITO PINTO – O que foi colocado no Orçamento de 2003 tem que ser quitado, ou à vista ou parcelado, em 2003.

O que foi colocado no Orçamento de 2004 tem que ser nos doze meses de 2004, pago à vista ou parcelado, dentro dos doze meses. É isso que tem que ser feito.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Mas é o valor por inteiro? Não é assim, não, Benedito Pinto.

Em dez anos. Isso é a Emenda Constitucional nº 30. É ela que parcela os precatórios. Inclusive, ele vem descrevendo não só o valor, mas ao que se refere o precatório. Os que vão à vista são os alimentares, e esses não têm parcelamento.

O SR. BENEDITO PINTO - O que a Emenda Federal determina, Deputado...

O SR. JOAQUIM SUCENA - Precatório alimentar não tem parcelamento.

O SR. BENEDITO PINTO - O que a Emenda Federal determina é que o Estado tem que pagar em dez anos. Já se passaram dois anos. Tem oito anos para pagar esses precatórios. Aí na emenda diz uma data, estava escrito até uma data “X”. Então, baseado nisso, o Estado tem que determinar o percentual de sua receita anualmente para que, dentro de oito anos, quite esses precatórios que já estão previstos pela Emenda Constitucional nº 30.

Agora, esses valores...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Aqui na Emenda não diz nada disso. Olha aqui a Emenda...

O SR. BENEDITO PINTO - O que diz?

O SR. ARNALDO ALVES - Na realidade, Deputado, ela diz que tem que ser pago em dez anos, podendo cada parcela, sendo anual, ser paga de uma só vez, em doze parcelas ou do jeito que possa ser pago.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Mensal ou anual.

O SR. ARNALDO ALVES – Mensal ou anual.

Na realidade, houve uma protelação durante dois anos por solicitação da legislação anterior e hoje restam oito anos para serem pagos. Então, isso está sendo projetado, está sendo estudado e está sendo pago de acordo com as possibilidades que o Governo tem colocado, mas a meta, isso aí tudo não se muda.

O que se tem hoje, se fosse pagar normalmente, seriam oito anos e em cada ano poderia se pagar até em doze parcelas ou de uma única vez.

O SR. JOAQUIM SUCENA - As parcelas são anuais, podem até ser pagas mensalmente, mas é anual.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) – É permitida a decomposição de parcelas a critério do credor.

O SR. BENEDITO PINTO - A partir desse orçamento já vai ser especificado um valor para pagamento de precatório.

Não é isso que o Governo vai mandar para cá no orçamento? Vai ter que mandar o valor, porque nós temos que pegar o valor “X” e dividir por oito. Então, no orçamento já vem um valor para pagamento de precatórios.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Porque o problema do precatório, hoje, se estende até para o servidor público. Até servidor público tem precatório.

O SR. BENEDITO PINTO - E é prioridade.

O SR. JOAQUIM SUCENA – É o que eu estou dizendo, até o servidor público...

O SR. BENEDITO PINTO – O Governo vai estipular os servidores como prioridade, para pagar os precatórios.

Alguns dos Senhores têm o valor, hoje, registrado na Procuradoria de Fazenda dos precatórios, valor para ser pago em oito anos?

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI - Setecentos milhões, mais ou menos.

O SR. BENEDITO PINTO - Setecentos milhões.

Então, se for dividir por oito, nós teríamos cem milhões para o ano que vem para quitar os precatórios; se for dividir por dez, teríamos setenta milhões. É isso que precisa ser feito, a destinação do recurso de 2004 já tem que vir - pelo menos eu acho - cem milhões para o pagamento de precatório. Aí sim, vai pegar as prioridades exigidas por lei, os mais antigos.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Os mais antigos, o alimentar, aquele negócio todo. Tem que colocar alguma coisa que defenda o servidor, porque está todo mundo dependurado. Os servidores vão ser os últimos, apesar de que alguns casos já tem...

O SR. BENEDITO PINTO – Agora, uma notícia boa no Orçamento vai ser essa discussão de projetos e sub-projetos, porque aí tanto para o Planejamentos como para a Assembléia Legislativa será importante.

(NESTE MOMENTO OS TÉCNICOS DO GOVERNO FALAM FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

O SR. BENEDITO PINTO - Vai dar mais trabalho, não é.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI - Nós vamos perder um pouquinho de tempo...

O SR. BENEDITO PINTO – Mas é melhor.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Então, as Emendas nºs 122, 123, 124, de autoria do Deputado Riva, serão encaminhadas para o PPA.

O SR. BENEDITO PINTO - Qual é a previsão do fechamento do PPA?

A SRª JULIETA BORGES POZZETTI - 30 de agosto.

O SR. BENEDITO PINTO - Nós temos o artigo 22...

O SR. JOAQUIM SUCENA (FALA FORA DO MICROFONE) - A Emenda nº 115, como ficou? (PAUSA).

O SR. BENEDITO PINTO - Nós havíamos discutido, na primeira reunião, Deputado Joaquim Sucena, o artigo 22 e não foi feita emenda sobre ele?

Nós tínhamos combinado, Deputado Joaquim Sucena, naquele dia, com o Secretário Yênes Magalhães, que o artigo 22, excetuando os órgãos do Governo, dando um prazo maior para os Poderes até o dia 30 de agosto ao invés de 15 de agosto. Está concordado?

O SR. JOAQUIM SUCENA – Está!

O SR. BENEDITO PINTO – Só que não foi feita a emenda...

O SR. JOAQUIM SUCENA – Emenda da Comissão?

O SR. BENEDITO PINTO – É, excetuando os órgãos do Governo, ficariam os Poderes com prazo maior para encaminhar até o dia 30 de agosto.

O SR. JOAQUIM SUCENA – É esta a redação: “As propostas parciais do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público encaminharão ao Secretário de Planejamento até o dia 30 de agosto de 2003 e as entidades do Poder Executivo encaminharão até o dia 15 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Nós estamos com pendência nas Emendas nºs 77, 78 e 81.

A Emenda nº 77, de autoria do Deputado Alencar Soares, para nós decidirmos,...

O SR. JOAQUIM SUCENA – O art. 39, é aquele que prevê “que não poderão ser apresentadas emendas quando:

Inciso I e II, alínea ‘d’: limite mínimo da reserva de contingência como previsto nesta Lei.”

Aprovado? (PAUSA). Aprovado.

Emenda nº 78, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, sobre o inciso II, “b”, do artigo 39, que acrescenta: “serviço da dívida no limite constante dos anexos fiscais.” (PAUSA)

A SRª INÊS STRINGHETA – Nós discordamos porque já temos limites na Lei de Responsabilidade Fiscal, já temos limites também com STN, onde fala que o pagamento nosso da dívida está vinculada à receita líquida real.

Então, é por isso que nós discordamos. (PAUSA)

A transparência também já está atendida nesses relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Rejeitada.

Emenda nº 81, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, ao artigo 54.

“Art. 54 Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário...”

Esta é aquela que subtrai o Legislativo e o Judiciário, deixa só o Executivo.

“Na elaboração de suas propostas orçamentárias terão como referência de suas despesas de capital e de outras despesas correntes a média dos gastos respectivos de cada uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

dessas categorias de despesa efetivamente realizados nos exercícios de 1998 a 2002, limitada à disponibilidade da receita.”

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Esta Emenda é o seguinte: acabou de me ligar novamente o Presidente do Tribunal de Justiça e ele acha que devemos ou suprimir todo o artigo ou amarrar só o “Executivo”. Ele está alegando que vão ter recurso... Eles criaram lá um tal de FUNJUSTE, e que nessa época não tinham investimentos. Então, não dá para limitar nesse período, tendo em vista que nesse período não tiveram investimento nenhum. Sendo assim, vão ter dinheiro para fazer os fóruns, mas não terão como fazer.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Isso aí é só uma referência, é para você ter alguma coisa palpável, isso aí é um número.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Exatamente, Deputado Carlão Nascimento, a idéia é estabelecer uma referência de tempo para orçar as ações do Planejamento. Não vai amarrar...

A frase final desse artigo é “limitada a receita”.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - O Presidente do Tribunal de Justiça veio aqui na Assembléia Legislativa, sentou com o Presidente da Assembléia Legislativa, pediu duzentas vezes isso para nós. Então é um negócio que vale a pena analisar.

Eles estão alegando, Sr^a Julieta, que eles vão ter recursos, mas que não terão como investir, se nós restabelecermos este período, que é um período que eles nunca tiveram investimento.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) - Isso aí é só uma referência. Se eles tiverem cem milhões para investimento, vai dar cem milhões para investimento..

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Não vai. Segundo eles, não vai.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI (FALA FORA DO MICROFONE) – Vai. Isso aí é só uma referência, é para você ter alguma coisa palpável, ter um número para começar.

O SR. JOAQUIM SUCENA – O que está limitando aqui é de 1998 a 2002. É isso que está limitando...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Esse é o período que vai dar preço baixo, lá de investimentos de 2000 a média.

Esse, eu vou dizer a vocês, há uma disposição dos Deputados ou de extinguir o artigo, porque foi um comprometimento que a Assembléia Legislativa fez com o Poder. Então, vai ser extinto esse e aprova na Assembléia Legislativa lá. A disposição é extinguir ou deixar só o Executivo. Os outros Poderes ficaram de fora.

A SR^a JULIETA BORGES POZZETTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Então, vamos extinguir o artigo.

(NESTE MOMENTO, TODOS FALAM AO MESMO TEMPO - INAUDÍVEL.)

O SR. WILLIAM RANGEL - Deputado, excetua Despesas de Capital do artigo e pronto.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Terão como referências outras despesas correntes...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Esse é o único artigo do qual discordamos, em função do acordo feito entre os Poderes.

Então, nós vamos manter o acordo feito com os Poderes para não dizerem depois que a Assembléia Legislativa se reuniu com o Judiciário e definiram isso. Vamos manter do jeito que está. Caso os Senhores queiram vetar, terão toda a oportunidade de vetar, o Poder Executivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Esse é um artigo em que eu digo que é melhor fazer um acordo do jeito que os Poderes pediram, porque aqui na Assembléia Legislativa derrubamos esse Veto. É um artigo acordado. E acordo tem que ser cumprido.

Felizmente, é o único com o qual estamos discordando. Eu já tirei tanta emenda de minha autoria, mas essa não tem jeito.

O SR. ARNALDO ALVES – Vamos propor quando chegar lá uma nova redação.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Nesse caso, eu acho melhor fazer um acordo.

Os Senhores podem conversar com o Dr. Maurício Magalhães, que acabou de me ligar, mas o celular dele está desligado. Alguém poderia ficar encarregado de falar com o Dr. Maurício Magalhães.

O SR. BENEDITO PINTO – Se forem contemplados os investimentos que eles querem no PPA, para os próximos quatro anos, está resolvido o problema.

É claro que eles vão estar pedindo acima do possível.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Depende do que for acordado da Assembléia Legislativa com o Executivo.(PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) – Nós fizemos tudo acordado até agora. Inclusive as emendas que não foram colocadas na LDO, já tem o compromisso de trabalhar o PPA. Então, acho que uma conversa a mais não altera nada.

(O SR. DEPUTADO JOAQUIM SUCENA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – Tem mais uma emenda aí... Vocês estão analisando?

O SR. TONY BICUDO - Do FAPEMAT.

(O SR. ARNALDO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BENEDITO PINTO – Deputado Carlão Nascimento, eu tenho uma dúvida quanto ao CEPROMAT, porque não temos nenhuma referência na LDO. Ela está incluída no Orçamento Fiscal, não é?

É que em todas as outras nós referenciávamos no Orçamento o caso do CEPROMAT.

Não tem investimento para o CEPROMAT, para o ano que vem?

(O SR. TONY BICUDO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BENEDITO PINTO – No ano de 2003 ainda tem recurso de investimento na ordem de cinco milhões do CEPROMAT. Já está no Sistema?

(O SR. TONY BICUDO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BENEDITO PINTO – Era essa a dúvida que eu tinha, porque não tinha observado aqui.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Alguém mais quer usar da palavra? (PAUSA).

Eu quero agradecer a presença de todos os Senhores e a disposição que tiveram em nos ajudar nesse trabalho. O ganho foi para todos nós, que vamos ter uma LDO discutida e acordada com os Senhores, porque essa é a função da Assembléia Legislativa e também é a função do Executivo. Agradeço de coração todo o empenho dos Senhores em ter nos ajudado nesse trabalho e espero que hoje ainda possamos fazer esse relatório.

Qualquer coisa que sair fora do acordado, aqui, estamos dispostos a rever, porque há uma série de emendas que vamos ter que analisar e colocar no relatório e pode ser que nesse processo saia algo diferente do acordado aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 08:00
HORAS.

Espero estar revendo tudo isso, de forma que todos esses acordos que fizemos aqui sejam respeitados, inclusive as emendas dos Deputados.

Vamos aguardar até à tarde a questão do artigo 54, e acho que os Senhores devem conversar com o Tribunal de Justiça para ver o que podemos melhorar no artigo.

No mais, o meu muito obrigado e agradeço de coração o trabalho.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública (LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA.)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;

- Revisão:

- Nilzalina Couto M. Silva.